

ETERNIT S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Relações com Investidores

Ticker: ETER3 (B3: NM)

Cotação (30/12/25): R\$ 4,10

Total de ações: 61.776.575

Valor de Mercado: R\$ 253 milhões

Free Float: 99,7%

Carisa S. Portela Cristal
CFO e DRI

Saulo Martini
Gerente de RI

Gabriella Medeiros
Especialista de RI
ri@eternit.com.br

Mensagem do Presidente

O ano de 2025 marca um capítulo especial na trajetória da Eternit. Depois de um período intenso de evolução, este foi o ano em que criamos a base sólida para a nova fase da companhia. Um ano de construção, no sentido mais literal e simbólico da palavra. Para mim, assumir a presidência neste momento é uma honra e uma responsabilidade que carrego com entusiasmo. Liderar a Eternit justamente quando ela se prepara para um novo ciclo é a oportunidade de consolidar tudo o que construímos e de impulsionar a empresa rumo ao futuro que estamos desenhando.

Desde 2017, acompanhei de perto a transformação da Eternit. Vivenciei a modernização do portfólio, a revisão do modelo de negócios e o reposicionamento da marca. Essa jornada nos trouxe até aqui: uma empresa mais forte, mais preparada e com uma visão clara de onde quer chegar.

O setor da construção vive hoje dois movimentos distintos. A construção tradicional segue relevante, mas enfrenta desafios como a escassez de mão de obra, a necessidade crescente de produtividade e de redução de resíduos. Em paralelo, a construção industrializada avança de forma consistente, impulsionada por eficiência, previsibilidade e modernização. Esse movimento não é passageiro, é estrutural. E a Eternit escolheu não apenas acompanhar essa transformação, mas fazer parte ativa dela.

Por isso, se eu pudesse resumir 2025 em uma única frase, diria que foi o ano em que construímos o alicerce da Eternit do amanhã. Reforçamos nosso posicionamento na construção industrializada, ampliando nossa atuação em soluções que acompanham a modernização do setor e respondem às necessidades reais dos nossos clientes. Nesse movimento, deixamos de falar apenas em sistemas construtivos e passamos a nos apresentar como uma empresa comprometida com a construção industrializada, uma mudança que expressa nossa visão estratégica e o caminho que estamos trilhando para liderar essa transformação. Ao mesmo tempo, seguimos fortalecendo nosso core business no mercado de telhas, onde mantemos presença relevante em todo o país e continuamos contribuindo para programas essenciais de habitação, como o Minha Casa Minha Vida.

Também avançamos em iniciativas fundamentais para sustentar esse novo ciclo. A consolidação da planta de Caucaia, a migração para o SAP S/4HANA e a estruturação do nosso Centro de Serviços Compartilhados, representam passos importantes para avançar em crescimento, governança, integração e eficiência. São movimentos que aproximam ainda mais o corporativo da operação, fortalecem sinergias e preparam a companhia para crescer com agilidade e consistência.

Nossa agenda ESG ganhou profundidade e tração em 2025. No pilar ambiental, avançamos ao transformar em conhecimento mensurável um fenômeno que sempre fez parte do fibrocimento: a carbonatação. Ao quantificarmos essa capacidade natural de capturar e estabilizar CO₂, colocamos em evidência uma contribuição ambiental até então pouco visível, que agora se torna aliada estratégica. É ciência que inspira, propósito que se materializa e um passo concreto rumo a processos mais limpos e a uma construção civil mais responsável e alinhada às melhores práticas globais.

Mensagem do Presidente

No pilar social, demos um salto importante com o programa Eternit Por Elas, desenvolvido em parceria com o “Nós Por Elas”. Ampliamos oportunidades, promovemos diversidade e estimulamos o protagonismo feminino em todas as áreas da companhia, movimento que ganhou ainda mais força com a chegada da primeira diretora do grupo e da primeira gerente de fábrica. Reforçamos, assim, nossa convicção de que empresas fortes são construídas por pessoas diversas, valorizadas e respeitadas.

Esses movimentos refletem uma Eternit que entende seu papel na sociedade, que busca gerar valor compartilhado e que se compromete com um crescimento que respeita pessoas, comunidades e o meio ambiente. Estamos construindo uma empresa que olha para o futuro com responsabilidade e que deseja ser parte ativa da transformação positiva do setor e do país.

Encerramos 2025 com a convicção de que fechamos um ciclo e iniciamos outro. Um ciclo em que a Eternit se prepara para ser uma empresa ainda mais moderna, integrada e alinhada às demandas de um setor em transformação.

Os resultados financeiros de 2025 reforçam essa trajetória de evolução. Mesmo diante de um ambiente desafiador, registramos lucro líquido de R\$ 49,0 milhões, 26,2% acima de 2024. O EBITDA alcançou R\$ 112,5 milhões, um avanço de 20,6% em relação ao ano anterior. Já a receita líquida totalizou R\$ 1,15 bilhão.

Em 2026, seguiremos avançando na consolidação da construção industrializada dentro do nosso portfólio, ampliando escala, fortalecendo sinergias e aprofundando nossa presença em soluções de maior valor agregado. Estamos construindo uma Eternit que acompanha o movimento de modernização do mercado e que quer liderar essa jornada.

Agradeço profundamente ao Conselho de Administração pela confiança, aos nossos colaboradores pelo empenho diário e aos clientes, fornecedores e investidores pela parceria contínua. Cada um de vocês faz parte desta nova fase. O futuro da Eternit está sendo construído com coragem, disciplina e visão de longo prazo e é com entusiasmo que seguimos adiante, juntos, para transformar a forma de construir no Brasil.

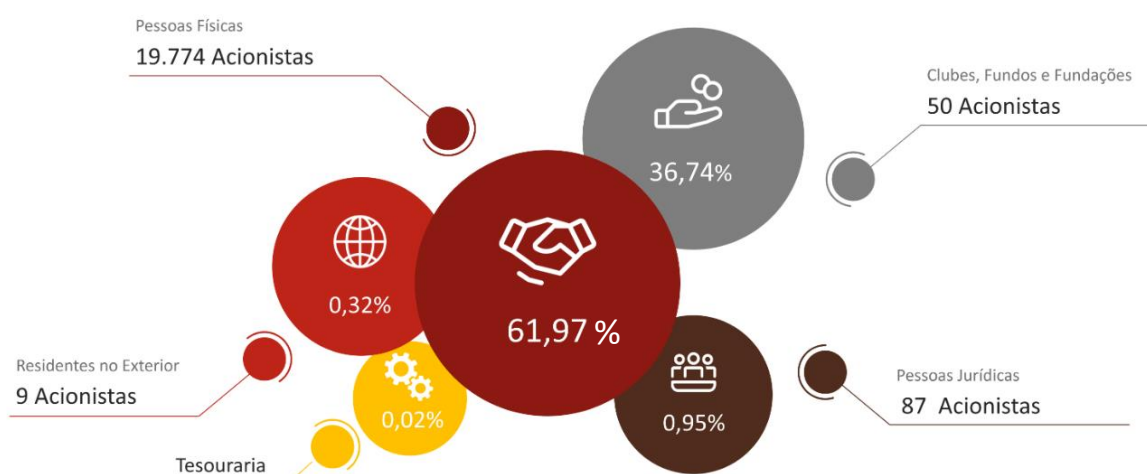


Rodrigo Angelo Inácio
Diretor-presidente

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)

Governança Corporativa

A Eternit possui uma estrutura acionária pulverizada, composta por pessoas físicas e jurídicas, clubes e fundos de investimento, além de fundações, sem a existência de acordo de acionistas ou grupo controlador. Essa característica reforça a necessidade de práticas sólidas de governança, capazes de assegurar transparência, equidade e alinhamento entre os diversos interesses representados.



O modelo de Governança Corporativa adotado pela companhia segue princípios amplamente reconhecidos pelo mercado, com foco na transparência e no relacionamento responsável com seus stakeholders. As ações da Eternit são negociadas na B3 desde 1948 e, desde 2006, integram o segmento do **Novo Mercado**, que reúne empresas comprometidas com os mais elevados padrões de governança. Essa adesão reforça o compromisso da companhia com a divulgação clara de informações e com a adoção de práticas alinhadas às melhores referências nacionais e internacionais.

A estrutura atual é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Auditoria Interna não estatutária, cada qual com funções específicas e complementares para assegurar a adequada condução dos negócios.

O **Conselho de Administração**, órgão colegiado e autônomo, é formado por cinco membros, conforme previsto no Estatuto Social, sendo no mínimo 20% independentes. Todos possuem mandato unificado de dois anos, com possibilidade de reeleição.

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)

Governança Corporativa (cont.)

Entre suas atribuições estão orientar a estratégia da companhia, acompanhar a gestão, deliberar sobre temas relevantes, definir diretrizes para a Diretoria e instituir comitês especializados. Em linha com o compromisso da Eternit com diversidade e equidade e em consonância com os princípios da Lei 15.177/2025, ainda que não obrigatória para empresas privadas, a companhia conta com uma mulher no Conselho, além de uma mulher na Diretoria Estatutária.

Os Comitês de Assessoramento apoiam o Conselho de Administração em temas estratégicos e técnicos, contribuindo para decisões mais qualificadas. Atualmente, a Eternit mantém três comitês: Comitê de Auditoria não estatutário, Comitê Estratégico e Comitê de ESG & Recursos Humanos.

Já a Diretoria Estatutária, composta por quatro membros, é eleita pelo Conselho para mandatos de dois anos, com possibilidade de recondução, sendo responsável pela gestão executiva da companhia.

Em 2025, a governança da Eternit manteve uma agenda intensa de trabalho, refletindo o compromisso com acompanhamento contínuo e decisões colegiadas. Foram realizadas 15 reuniões do Conselho de Administração, 14 reuniões do Comitê de Auditoria não estatutário, 19 reuniões dos demais Comitês de Assessoramento, além de 23 reuniões da Diretoria Estatutária.

Ambientais

As questões ambientais têm papel central na estratégia da Eternit e orientam a evolução contínua de seus processos, produtos e práticas operacionais. A companhia mantém o compromisso de integrar sustentabilidade, eficiência e responsabilidade em todas as etapas da cadeia produtiva, alinhando-se às melhores referências do setor e às expectativas de seus stakeholders. Signatária do Pacto Global da ONU desde 2007 e apoiadora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Eternit utiliza indicadores ambientais para monitorar avanços, orientar decisões e fortalecer sua atuação responsável.

Em um marco histórico, pela primeira vez em seus 86 anos de existência, a Eternit encomendou estudos científicos para medir a capacidade de absorção de CO₂ das telhas de fibrocimento e as emissões geradas por suas fábricas. Em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), foi comprovado que o fibrocimento possui elevada capacidade de carbonatação, processo natural pelo qual o material captura CO₂ da atmosfera ao longo do tempo.

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)

Ambientais (cont.)

Os resultados mostraram que o volume de telhas comercializadas em um único ano tem potencial de sequestrar uma quantidade de CO₂ equivalente ao que seria absorvido por aproximadamente 6 milhões de árvores adultas, evidenciando o impacto ambiental positivo do produto. Em paralelo, estudo conduzido pela R. Roche & Associados mapeou as emissões das seis unidades industriais, permitindo comparar emissões e capacidade de captura e reforçando o saldo ambientalmente favorável do fibrocimento

A carbonatação não apenas contribui para a redução da pegada de carbono, como também melhora propriedades físicas do material, como resistência mecânica, estabilidade dimensional e menor permeabilidade, elevando seus indicadores de ecoeficiência. Para o grupo de pesquisa da USP, referência nacional em estudos sobre fibrocimento, essa capacidade de sequestrar CO₂ de forma natural e contínua representa uma contribuição relevante para a engenharia civil e para a transição ambiental do setor. Os resultados reforçam o potencial do fibrocimento como vetor de descarbonização e consolidam a Eternit como protagonista em soluções sustentáveis para a construção.

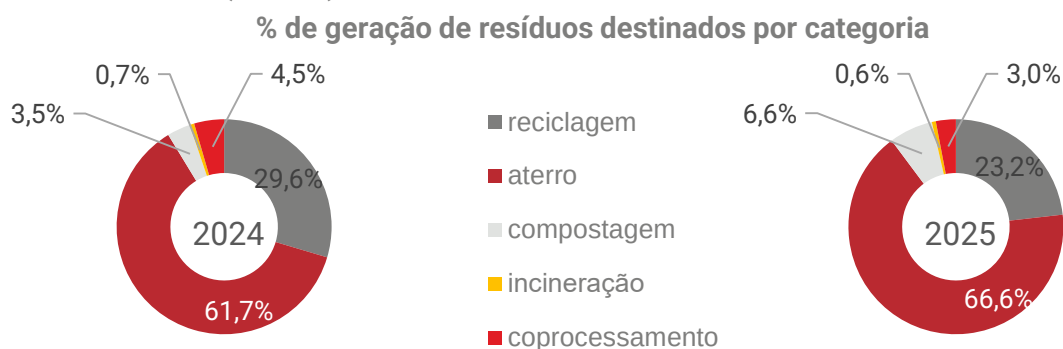
Além dos avanços relacionados à carbonatação, a Eternit mantém iniciativas ambientais estruturadas em suas operações. A companhia possui sistemas de captação de água da chuva em cinco unidades industriais e adota práticas de reaproveitamento de materiais, como o corte de telhas fora do padrão para uso como calços de pallets, reduzindo a geração de resíduos e evitando o consumo de madeira, isopor ou papelão. Adicionalmente, a empresa vem ampliando o uso de resíduos industriais como insumos produtivos, incorporando materiais reciclados, como fibras de origem têxtil, aparas de papelão e outros subprodutos de cadeias industriais, em seus processos. Essa abordagem fortalece a economia circular, diminui a dependência de matérias-primas virgens e contribui para a destinação ambientalmente adequada de resíduos que, de outra forma, seriam descartados.

Em paralelo, retomou a elaboração do inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), etapa essencial para a construção de uma Política de Mudanças Climáticas robusta, e iniciou a revisão de sua Matriz de Materialidade, reforçando o alinhamento entre prioridades ambientais, estratégia corporativa e expectativas dos stakeholders.

A seguir, apresentamos a distribuição percentual dos resíduos gerados pela companhia em 2025, classificados por categoria de destinação (reciclagem, aterro e compostagem), reforçando o compromisso da Eternit com a gestão responsável de resíduos e a melhoria contínua de seus processos ambientais.

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)

Ambientais (cont.)



A combinação entre práticas operacionais responsáveis, pesquisa aplicada e desenvolvimento de produtos com impacto ambiental positivo fortalece a posição da companhia como referência em sustentabilidade no setor de materiais de construção e contribui para a construção de um futuro mais eficiente, seguro e de menor emissão de carbono.

Sociais e Diversidade

Diversidade, Inclusão e Protagonismo Feminino

A agenda social da Eternit tem avançado de forma consistente, com destaque para o fortalecimento das iniciativas de diversidade e inclusão. Em 2025, a companhia lançou o Programa de Inclusão de Gênero, criado para ampliar a participação feminina em todas as áreas e níveis hierárquicos, especialmente em um setor historicamente marcado pela predominância masculina. Esse movimento ganhou impulso, com a nomeação da primeira mulher para um cargo de diretoria na história da empresa, responsável pelas áreas Financeira e de Relações com Investidores, com a presença feminina no Conselho de Administração e, mais recentemente, com a promoção da primeira mulher a gerente de fábrica do grupo, que assumiu a liderança da unidade da Eternit em Caucaia (CE).

A partir dessas conquistas, a Eternit passou a monitorar sistematicamente a representatividade feminina e estabeleceu metas claras: alcançar 20% de mulheres no quadro total e 15% em posições de liderança até 2030. Atualmente, as mulheres representam 15% das posições totais da empresa, um indicador que reforça a importância de acelerar o avanço rumo às metas estabelecidas. O Programa de Inclusão de Gênero atua em três frentes principais: promoção de uma cultura inclusiva, desenvolvimento das colaboradoras e preparação de mulheres para cargos de liderança, por meio de ações como comitês internos, eventos de capacitação, trilhas de carreira e iniciativas de engajamento dos colaboradores.

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)

Sociais e Diversidade (cont.)

Indicadores de equidade:

i) Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia:

A companhia conduz suas contratações de forma alinhada às necessidades estratégicas do negócio, considerando o perfil técnico, a senioridade requerida e a aderência às demandas operacionais de cada função. Esse direcionamento garante que as escolhas sejam orientadas por competências, mantendo a eficiência e a sustentabilidade das operações.

Em 2025, foram contratadas 111 mulheres, representando 22,7% do total de admissões no ano. Quando analisamos a distribuição por níveis hierárquicos, observamos que aproximadamente 40% dessas contratações femininas ocorreram em posições de gestão administrativa, enquanto 60% se concentraram em funções de gestão operacional. Essa proporção reflete, sobretudo, a estrutura atual do nosso quadro de vagas, majoritariamente composto por posições técnicas e operacionais, que historicamente apresentam maior volume de oportunidades. Ainda assim, a presença feminina em todos os níveis hierárquicos demonstra que estamos avançando na ampliação da diversidade dentro da companhia.

ii) Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:

A participação feminina na administração da Companhia registrou, em 2025, avanços com diferentes níveis de representatividade ao longo da estrutura organizacional. Nos órgãos de governança e nas posições executivas, a presença de mulheres variou conforme as responsabilidades e o grau de senioridade exigidos, refletindo a complexidade dessas funções.

A Companhia conta, em seus níveis mais altos de liderança, com uma mulher no Conselho de Administração e outra na Diretoria Executiva, assegurando presença feminina também nos espaços estratégicos de tomada de decisão. Em 2025, as mulheres representaram 14% da administração, totalizando 37 profissionais em cargos administrativos*. Esse resultado, ainda que gradual, demonstra um movimento consistente de ampliação da diversidade e de fortalecimento da representatividade feminina nos postos de liderança.

*Considera cargos de gerência, diretoria e conselho de administração.

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)

Sociais e Diversidade (cont.)

iii) O demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:

A Companhia adota uma política de remuneração pautada pela equidade, assegurando que mulheres e homens recebam valores compatíveis para cargos e funções similares. O acompanhamento periódico das diferenças médias entre remuneração base e remuneração fixa por categoria funcional permite identificar eventuais variações, que decorrem de fatores como tempo de casa, senioridade, escopo das posições, composição individual da remuneração e resultados de desempenho, e não de distinções relacionadas ao gênero.

No que se refere à remuneração variável, a Companhia mantém critérios uniformes para todos os profissionais, sem diferenciação de múltiplos salariais entre mulheres e homens. Os valores pagos são determinados exclusivamente pelo atingimento das metas individuais e pelo nível hierárquico, reforçando a transparência e a meritocracia como princípios centrais da gestão de pessoas. Essa prática evidencia o compromisso contínuo da Companhia com uma política remuneratória justa e inclusiva.

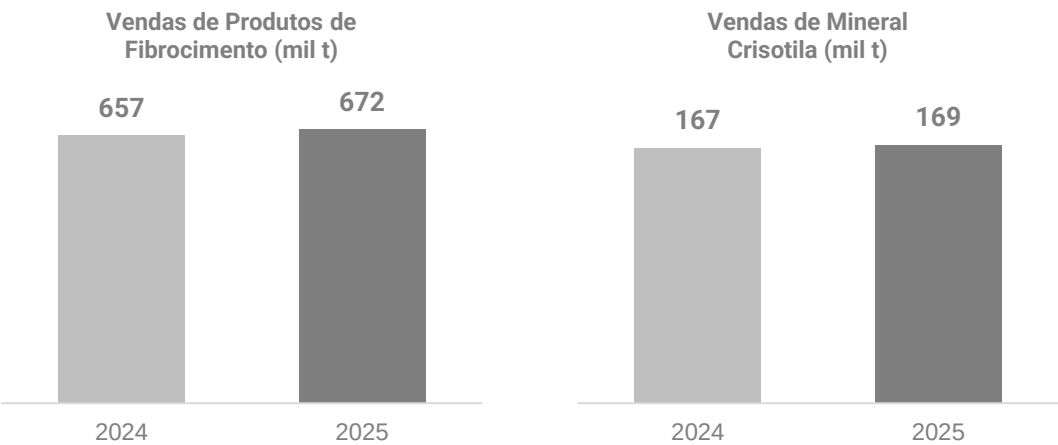
Desempenho econômico-financeiro

Nossos negócios e Desempenho operacional

A linha de produtos e serviços oferecidos pela Companhia está dividida em: (i) telhas de fibrocimento com acessórios e peças complementares; e (ii) construção industrializada com soluções industriais (pisos e painel wall) e soluções de revestimento (chapas cimentícias).

Mineração: Mineral crisotila, extraído pela mineradora SAMA, o produto é destinado para fins exclusivos de exportação.

A Eternit é uma das líderes no mercado de telhas do Brasil, com market share de 32*%. O reconhecimento e a penetração da marca em todo o território nacional, ao longo de seus mais de 80 anos de história, a tornaram um símbolo de brasilidade no segmento de construção civil, estando presente nos lares dos consumidores como sinônimo de confiança e tradição.



Em 2025, a Eternit avançou em seu processo de transformação e fortalecimento operacional, ampliando o portfólio de soluções para construção e direcionando esforços para desinvestimentos em ativos sem aderência à geração de valor. A companhia consolidou sua estratégia de diversificação ao expandir a linha de Construção Industrializada, posicionando-se como fornecedora de soluções completas para obras residenciais, comerciais e industriais. No segmento de coberturas, manteve investimentos em modernização industrial, otimização logística e ampliação da capilaridade comercial, intensificando a participação em feiras especializadas e fortalecendo o relacionamento com revendedores e especificadores.

*Dados baseados nas informações disponibilizadas pelo SINIC-Sindicato Nacional da Indústria de Cimentos.

Desempenho econômico-financeiro

Nossos negócios e Desempenho operacional (cont.)

Nesse contexto, lançou o Portal do Cliente, plataforma digital que aprimora a jornada de compra e amplia a autonomia dos parceiros, e reforçou o programa de relacionamento Parceiro Coruja, que contribuiu para maior fidelização e recorrência. A construção industrializada registrou avanço relevante, com aumento da produção de painéis e placas cimentícias impulsionado pela demanda por soluções mais rápidas, limpas e eficientes, alinhadas às tendências globais de produtividade e sustentabilidade. Como resultado desse conjunto de iniciativas, a Eternit manteve sua liderança no segmento de telhas de fibrocimento e recebeu novos reconhecimentos setoriais, reforçando a confiança do mercado e a reputação construída ao longo de sua trajetória.



Fábrica de Caucaia

Conjuntura Econômica e Setorial

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico mais desafiador para o Brasil, com desaceleração da atividade econômica, inflação persistente e juros elevados. Esse contexto afetou diretamente a cadeia da construção civil e o setor de materiais de construção, que sentiram a perda de dinamismo após um 2024 mais favorável. A menor expansão do PIB reduziu o ritmo de investimentos e pressionou segmentos dependentes de crédito, como o imobiliário, impactando a demanda por insumos e produtos utilizados em obras e reformas.

A inflação permaneceu ao longo de 2025 ora próxima, ora acima do teto da meta, pressionando custos relevantes da cadeia produtiva como energia, transporte e insumos industriais e, reduzindo o poder de compra das famílias, que passaram a adotar decisões mais cautelosas em relação a obras e reformas. Esse cenário, combinado à manutenção da Selic em patamar elevado, próximo de 15% ao ano, encareceu o crédito imobiliário, diminuiu a atratividade de financiamentos e desacelerou o mercado imobiliário, um dos principais motores da demanda por materiais de construção. Com renda pressionada, juros altos e um consumidor mais seletivo, o setor enfrentou menor procura, ciclos de vendas mais longos e maior pressão competitiva.

No campo dos custos, o INCC-M encerrou 2025 ainda em nível elevado, embora com leve moderação em relação ao ano anterior. A mão de obra seguiu como um dos principais vetores de pressão, enquanto alguns insumos apresentaram estabilidade apenas no final do exercício. Para a indústria de materiais de construção, esse cenário exigiu ajustes constantes na gestão de estoques, na precificação e na eficiência operacional para mitigar impactos sobre a rentabilidade.

A demanda também foi influenciada pelo alto nível de endividamento das famílias e pela volatilidade da confiança do consumidor, que alternou momentos de otimismo moderado com períodos de maior cautela. Esse ambiente reduziu o ímpeto por reformas e investimentos domésticos, afetando diretamente o varejo de materiais de construção. Segundo dados divulgados pela ABRAMAT, apesar da reação registrada no último mês do ano, o setor de materiais de construção encerrou 2025 com retração estimada de 0,5% no acumulado, sinalizando uma recuperação mais lenta e dependente da melhora das condições de crédito e da demanda interna.

Diante desse cenário mais complexo, a Eternit, demonstra seu compromisso com disciplina financeira, foco em eficiência, rigor no controle de custos e seletividade na alocação de investimentos para preservar margens e manteve competitividade em um ambiente macroeconômico mais desafiador.

Fontes: Abrammat e Focus

Principais Indicadores

Consolidado - R\$ mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024 ¹	Var. %
Receita bruta de vendas	338.660	339.645	(0,3)	1.398.958	1.383.860	1,1
Receita líquida	276.602	282.899	(2,2)	1.150.164	1.142.972	0,6
Lucro bruto	48.118	55.993	(14,1)	237.026	258.350	(8,3)
Margem bruta	17,4%	19,8%	- 3 p.p.	20,6%	22,6%	- 2 p.p.
Lucro líquido do exercício	10.132	8.258	22,7	48.977	38.821	26,2
Margem líquida	3,7%	2,9%	1 p.p.	4,3%	3,4%	1 p.p.
EBITDA CVM 156/22	19.781	8.115	143,8	112.460	93.288	20,6
Margem EBITDA CVM156/22	7,2%	2,9%	4 p.p.	9,8%	8,2%	2 p.p.
EBITDA recorrente	7.123	18.221	(60,9)	71.182	85.321	(16,6)
Margem EBITDA recorrente	2,6%	6,4%	- 3 p.p.	6,2%	7,5%	- 1 p.p.

Conforme Fato Relevante divulgado em 16 de dezembro de 2025, a Companhia decidiu descontinuar a linha de telhas de concreto, em razão do desempenho operacional abaixo do esperado e da ausência de perspectivas de retorno econômico adequado. Os efeitos financeiros dessa decisão estão refletidos nos resultados de 31 de dezembro de 2025, registrados em "Outras receitas e despesas", incluindo reduções de ativo imobilizado, estoques e receitas relacionadas à venda de imóvel e de máquinas e equipamentos.

¹ Readequação da abertura do resultado de 2024 com a exclusão do efeito das Operações Descontinuadas para permitir a comparabilidade.



Placas Cimentícias, produtos que compõem a linha de Construção Industrializada Eternit, aplicadas em fachadas de construções comerciais e residenciais.

Desempenho Operacional

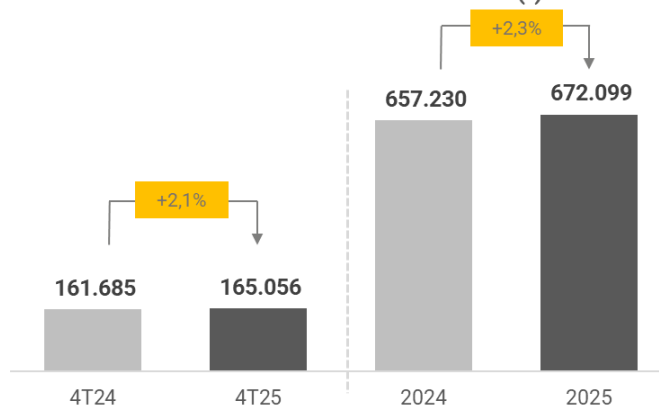
Segmento Fibrocimento: melhora a margem e cresce cerca de 27% a receita de construção industrializada



Produtos de Fibrocimento

No acumulado do ano, as vendas alcançaram cerca de 672 mil toneladas, crescimento de 2,3% em relação ao ano anterior. No 4T25, as vendas de produtos de fibrocimento avançaram 2,1%, com 165 mil toneladas vs. 162 mil toneladas registradas no mesmo período de 2024.

Vendas de Produtos de Fibrocimento (t)

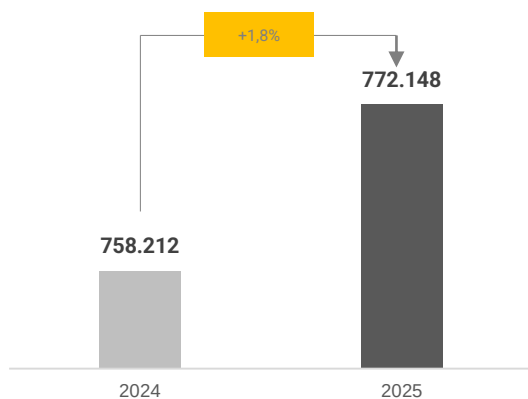


O segmento de fibrocimento seguiu contribuindo positivamente para o desempenho da Companhia, destacando sua importância no portfólio.

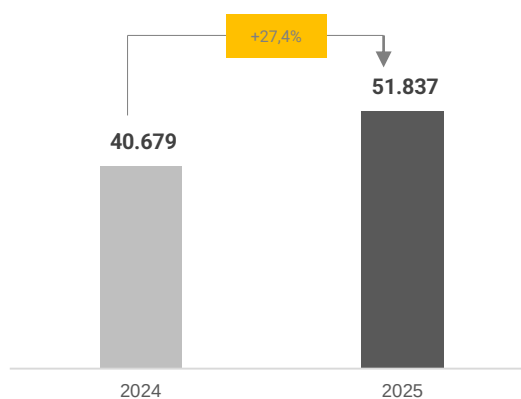
O segmento de fibrocimento encerrou 2025 com margem bruta de 12,3%. Esse resultado foi impulsionado pela maior participação do segmento de construção industrializada, que possui margens naturalmente superiores e vem ganhando peso no mix da Companhia, contribuindo de forma relevante para a melhoria da rentabilidade.

Fibrocimento - R\$ mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita líquida	190.047	185.945	2,2	772.148	758.212	1,8
Lucro bruto	15.230	10.678	42,6	95.063	89.961	5,7
Margem bruta	8,0%	5,7%	2,0 p.p.	12,3%	11,9%	-

Receita Líquida de Fibrocimento - R\$ mil



Receita Líquida de Construção Industrializada - R\$ mil



Desempenho Operacional

Segmento Crisotila: *aumento no volume e compressão de margens*

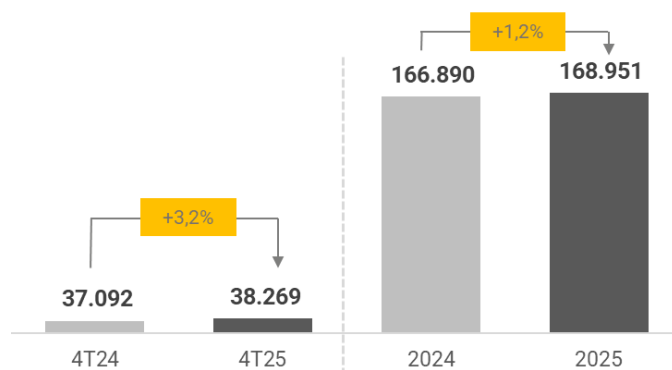


Mineral Crisotila

No acumulado de 2025, o volume alcançou cerca de 169 mil toneladas, uma expansão de 1,2% vs. 2024.

No 4T25, as exportações de fibra de crisotila totalizaram 38 mil toneladas, crescimento de 3,2% em relação ao 4T24.

Vendas de Mineral Crisotila (t)



O segmento de mineral crisotila segue contribuindo para a expansão do volume exportado, apoiado pela estratégia logística implementada no 3T25, que reduziu o lead time dos embarques e continua a aprimorar a eficiência operacional.

No acumulado de 2025, o Lucro Bruto somou R\$ 141,3 milhões, retração de 16,1% em comparação a 2024. A margem bruta das exportações ficou em 37,9%, 6 p.p. abaixo do registrado no ano anterior. No 4T25, o Lucro Bruto foi de R\$ 32,3 milhões, uma queda de 28,7% em relação ao 4T24. A margem bruta das exportações atingiu 38,9%, recuo de 8 p.p. frente ao mesmo período do ano anterior. Essa redução de margem foi influenciada primordialmente por um mix de produto menos favorável e impacto cambial.

Mineral Crisotila - R\$ mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita líquida	82.954	96.907	(14,4)	372.971	384.760	(3,1)
Lucro bruto	32.259	45.266	(28,7)	141.268	168.384	(16,1)
Margem bruta	38,9%	46,7%	- 8,0 p.p.	37,9%	43,8%	- 6,0 p.p.

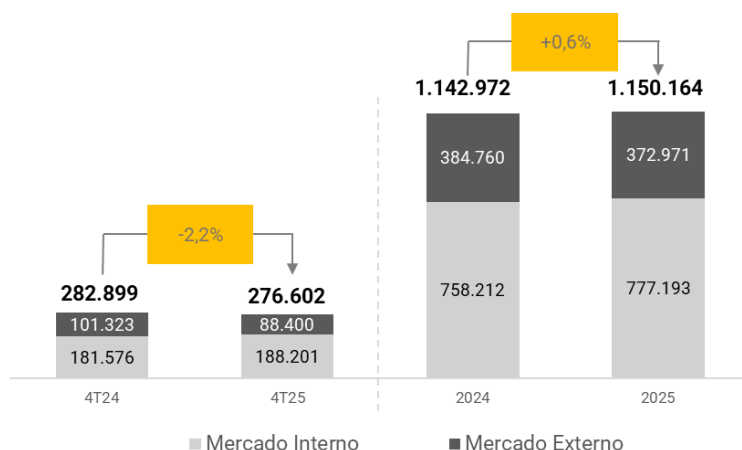
Toda produção da fibra crisotila é destinada ao mercado externo, atividade amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, de 16/07/2019. Em 15/08/2024, foi sancionada Lei do Estado de Goiás nº 22.932, estabelecendo o prazo de cinco anos para o encerramento das atividades de extração e beneficiamento do amianto da variedade crisotila, prazo esse que será contado a partir da assinatura do Termo de Compromisso de Cumprimento de Obrigações, o que não ocorreu até 31/12/2025.

Desempenho Financeiro Consolidado

DESTAQUES DO PERÍODO:

- **Lucro líquido** anual cresce 26% e **EBITDA recorrente** atinge R\$ 71 milhões
- **Lucro bruto** de R\$ 237 milhões com **margem bruta** de 21%
- **Receita líquida** totalizou R\$ 1,15 bilhão, em linha com 2024.
- **Dividendos** de R\$ 10,5 milhões a distribuir em 2026.

Receita Líquida (R\$ mil)



A Receita Líquida do mercado interno atingiu R\$ 777,2 milhões em 2025, alta de 2,5% frente a 2024, impulsionada por um mix mais favorável, marcado pela maior participação do segmento de construção industrializada e pelo desempenho consistente das telhas de fibrocimento, refletindo a resiliência da demanda doméstica.

No mercado externo, a Receita Líquida totalizou R\$ 373,0 milhões, queda de 3,1%, refletindo preços internacionais menores e um câmbio desfavorável ao longo do ano. No 4T25, a receita doméstica avançou 3,6% em relação ao 4T24, enquanto no mercado externo houve retração de 12,8% frente ao mesmo período do ano anterior, em linha com os fatores que pressionaram o desempenho anual.

Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidas (R\$ mil)

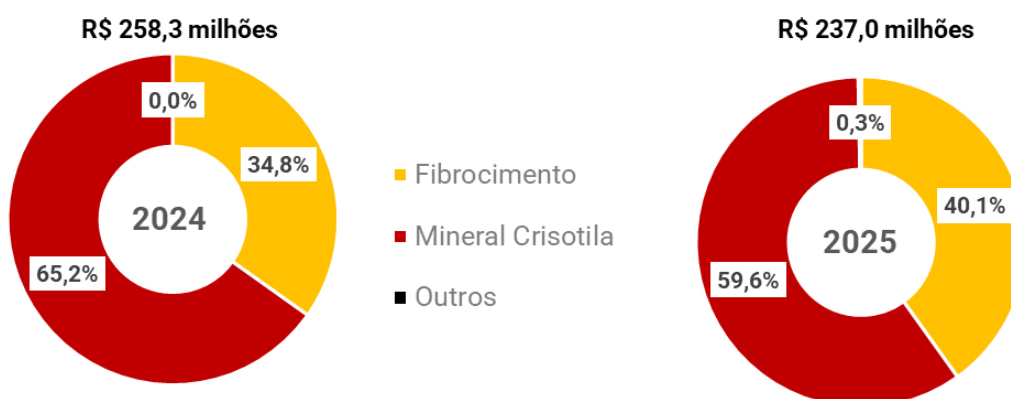
No acumulado de 2025, o CPV totalizou R\$ 913,1 milhões, aumento de 3,2% em relação a 2024. Essa variação refletiu principalmente dois fatores (i) impacto decorrente do maior volume vendido e (ii) efeito inflacionário. Vale destacar ainda que no fibrocimento, houve impacto combinado de variações de volume e aumento de matérias-primas acima do INCC. No 4T25, o CPV somou R\$ 228,5 milhões, permanecendo praticamente estável frente ao 4T24.

Consolidado - R\$ mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita líquida	276.602	282.899	(2,2)	1.150.164	1.142.972	0,6
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(228.484)	(226.906)	0,7	(913.138)	(884.622)	3,2
Lucro bruto	48.118	55.993	(14,1)	237.026	258.350	(8,3)
Margem bruta	17,4%	19,8%	- 3 p.p.	20,6%	22,6%	- 2 p.p.

Desempenho Financeiro Consolidado

Lucro Bruto

O lucro bruto consolidado recuou 8,3% em 2025, refletindo principalmente um mix de produtos menos favorável e os efeitos do câmbio sobre as exportações. Embora o segmento de fibrocimento tenha registrado crescimento de 5,7% no lucro bruto, com margem de 12,3%, esse desempenho foi mais do que compensado pela queda no segmento de crisotila, cujo lucro bruto diminuiu 16,1% e cuja margem recuou 6 p.p., impactada tanto pela variação cambial quanto pelo mix comercial. No 4T25, o lucro bruto atingiu R\$ 48,1 milhões, recuo de 14,1% em relação ao mesmo período de 2024.



Despesas com Vendas

No acumulado de 2025, as despesas com vendas totalizaram R\$ 114,5 milhões, ligeiramente acima dos R\$ 111,7 milhões registrados em 2024, uma variação de 2,5%. Esse movimento decorre, sobretudo, do maior nível das despesas variáveis de venda, que cresceram acima da expansão de 0,6% da receita, refletindo o mix comercial do período. Esse efeito mais do que compensou as reduções observadas em fretes, marketing e serviços. No trimestre, as despesas com vendas passaram de R\$ 29,0 milhões no 4T24 para R\$ 30,9 milhões no 4T25.

Consolidado - R\$ mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita Líquida	276.602	282.899	(2,2)	1.150.164	1.142.972	0,6
Despesas com vendas	30.925	28.977	6,7	114.482	111.656	2,5
% da Receita Líquida	11,2%	10,2%	1 p.p.	10,0%	9,8%	-

Desempenho Financeiro Consolidado

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 97,1 milhões em 2025, ante R\$ 92,2 milhões em 2024, uma variação de 5,4%. Esse movimento reflete principalmente a reestruturação organizacional conduzida ao longo do ano, a seniorização de posições-chave e o reforço na contratação de talentos, além de maiores desembolsos com serviços de terceiros e despesas advocatícias. Ajustado pela inflação do período, o aumento real foi de 1,09%. No 4T25, as despesas gerais e administrativas somaram R\$ 19,7 milhões, permanecendo praticamente estáveis em relação ao 4T24.

Outras (Receitas) Despesas Operacionais

As outras despesas (receitas) operacionais totalizaram uma receita de R\$ 35,6 milhões no acumulado de 2025 e de R\$ 9,0 milhões no 4T25. O resultado positivo reflete, principalmente, o reconhecimento de créditos tributários, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, créditos extemporâneos de PIS e Cofins e ICMS, amplamente divulgado ao longo do ano, e a reversão de provisões associadas a operações descontinuadas, incluindo a baixa de provisão de perda da Tégula. Também contribuíram para o desempenho as receitas provenientes da alienação de imóvel e da venda de máquinas e equipamentos. Em 2024, o resultado havia sido impactado por despesas relacionadas à descontinuidade do negócio de fotovoltaica.

Consolidado - R\$ mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Despesas com vendas	30.925	28.977	6,7	114.482	111.656	2,5
Despesas gerais e administrativas (1)	19.676	19.629	0,2	97.129	92.154	5,4
Outras (receitas) despesas operacionais	(8.978)	22.272	-	(35.588)	18.634	-
Total das despesas operacionais	41.623	70.878	(41,3)	176.023	222.444	(20,9)

(1) Contempla Remuneração da Administração

Desempenho Financeiro Consolidado

EBITDA

No acumulado de 2025, o EBITDA Recorrente² totalizou R\$ 71,2 milhões, uma retração de 16,6% em relação ao ano anterior. A diferença entre o EBITDA recorrente e o reportado decorre, principalmente, de eventos não recorrentes registrados ao longo do ano, entre os quais se destacam: (i) o reconhecimento de créditos tributários; (ii) receitas relacionadas à descontinuidade de unidades; e (iii) ajustes de impairment. Em 2024, os principais ajustes estavam associados às provisões para baixas de estoques e ativos imobilizados relacionados à descontinuidade da linha de fotovoltaica.

Já o EBITDA¹ CVM somou R\$ 112,5 milhões em 2025, avanço de 20,6% frente a 2024, refletindo justamente o impacto positivo desses itens não recorrentes. No 4T25, o indicador atingiu R\$ 19,8 milhões, ante R\$ 8,1 milhões no 4T24.

Consolidado - R\$ mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024 ³	Var. %
Lucro líquido do período	10.132	8.258	22,7	48.976	38.820	26,2
Imposto de renda e contribuição social	(5.524)	(28.567)	(80,7)	(3.107)	(21.175)	(85,3)
Resultado financeiro líquido	1.887	5.424	(65,2)	15.134	18.260	(17,1)
Depreciação e amortização	13.286	23.000	(42,2)	51.457	57.382	(10,3)
EBITDA CVM 156/22¹	19.781	8.115	143,8	112.460	93.287	20,6
Eventos não recorrentes	(12.658)	10.106	-	(41.278)	(7.966)	418,2
Reestruturação	-	133	-	1.622	791	105,1
Despesas relativas a recuperação judicial	265	370	(28,4)	942	2.136	(55,9)
Despesas relativas a descontinuidade de unidades	(1.063)	-	-	(20.937)	-	-
Recuperação de créditos tributários	(12.000)	(830)	1.345,2	(25.915)	(3.181)	714,6
Vendas/baixas de bens do ativo imobilizado	107	245	(56,5)	107	(19.652)	-
Ajuste de Impairment/Reversão e descont. linha de produtos fotovoltaicos	(4.967)	10.188	-	(4.967)	10.188	-
Provisão para Contingências	3.575	-	-	6.359	-	-
Outros eventos não recorrentes	1.426	-	-	1.512	1.752	(13,7)
EBITDA Recorrente²	7.123	18.221	(60,9)	71.182	85.321	(16,6)
Margem EBITDA Recorrente	2,6%	6,4%	- 3,0 p.p.	6,2%	7,5%	- 1 p.p.

1 O EBITDA não contempla os ajustes de eventos não recorrentes.

2 O EBITDA Recorrente é um indicador utilizado pela Administração para analisar o desempenho econômico operacional nos negócios controlados integralmente pela Companhia, excluindo o resultado da equivalência patrimonial, além dos eventos não recorrentes.

3 Readequação da abertura do resultado de 2024 com a exclusão do efeito das Operações Descontinuadas para permitir a comparabilidade.

Desempenho Financeiro Consolidado

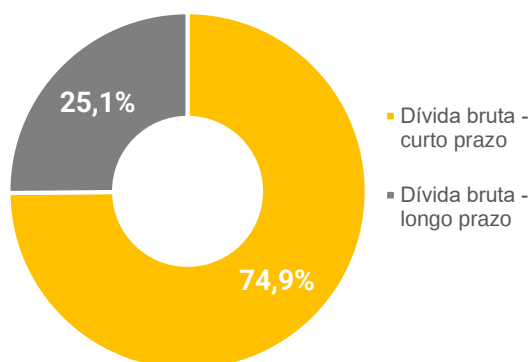
Resultado Financeiro

Em 2025, o resultado financeiro líquido registrou despesa de R\$ 15,1 milhões, uma melhora de 17,1% em relação à despesa de R\$ 18,3 milhões observada no ano anterior. No trimestre, também houve avanço relevante, com a despesa financeira reduzindo-se de R\$ 5,4 milhões no 4T24 para R\$ 1,9 milhão no 4T25. Essa evolução positiva foi impulsionada, principalmente, pela atualização monetária dos créditos tributários relacionados ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, contribuindo para mitigar as demais despesas financeiras.

Consolidado - R\$ mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receitas financeiras	2.743	1.119	145,1	14.135	6.659	112,3
Aplicação financeira	546	62	787,6	623	718	(13,2)
Juros e atualizações monetárias	2.196	1.057	107,7	13.512	5.941	127,4
Despesas Financeiras	(2.259)	(4.215)	(46,4)	(21.550)	(18.806)	14,6
Juros passivos	(1.637)	(1.280)	27,9	(7.024)	(4.338)	61,9
Juros de financiamento	619	(2.371)	-	(11.542)	(12.211)	(5,5)
Juros de leasing	(1.240)	(564)	119,9	(2.984)	(2.256)	32,3
Outras	(2.730)	(3.186)	(14,3)	(5.367)	(6.663)	(19,4)
Líquido de variações cambiais	358	858	(58,2)	(2.353)	550	-
Resultado financeiro líquido	(1.887)	(5.424)	(65,2)	(15.135)	(18.260)	(17,1)

Desempenho Financeiro Consolidado

Endividamento

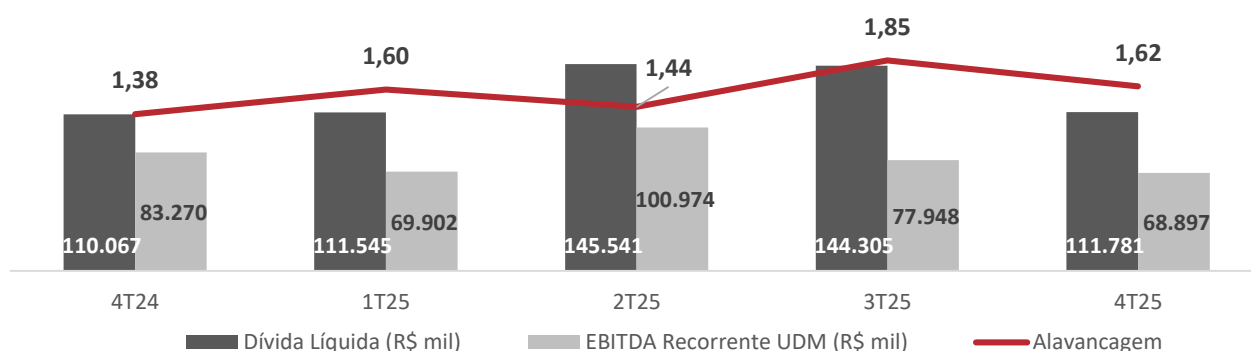


Em 2025, a Eternit encerrou o período com endividamento líquido de R\$ 111,8 milhões, permanecendo praticamente estável em relação ao ano anterior. O custo médio da dívida foi de 11,38% ao ano. A relação Dívida Líquida/EBITDA Recorrente atingiu 1,62, sustentada pela composição das principais linhas de crédito da companhia:

- **As linhas de longo prazo** incluem financiamentos contratados para a implantação da unidade da Eternit da Amazônia, para aquisição de materiais via FINAME e para compra de caminhões por meio de CCE junto a diferentes instituições financeiras; e
- **As linhas de curto prazo** abrangem operações de adiantamento sobre exportações, como ACE e ACC, além das parcelas de FINAME, CCE e BASA que vencem no período imediato.

Dívida (Caixa) Líquido - R\$ mil	31/12/2025	31/12/2024	Var. %
Dívida bruta - curto prazo	115.744	69.163	67,3%
Dívida bruta - longo prazo	38.881	57.094	-31,9%
Total da dívida bruta	154.625	126.257	22,5%
(-) Disponibilidades	42.844	16.190	164,6%
Dívida (Caixa) líquido	111.781	110.067	1,6%

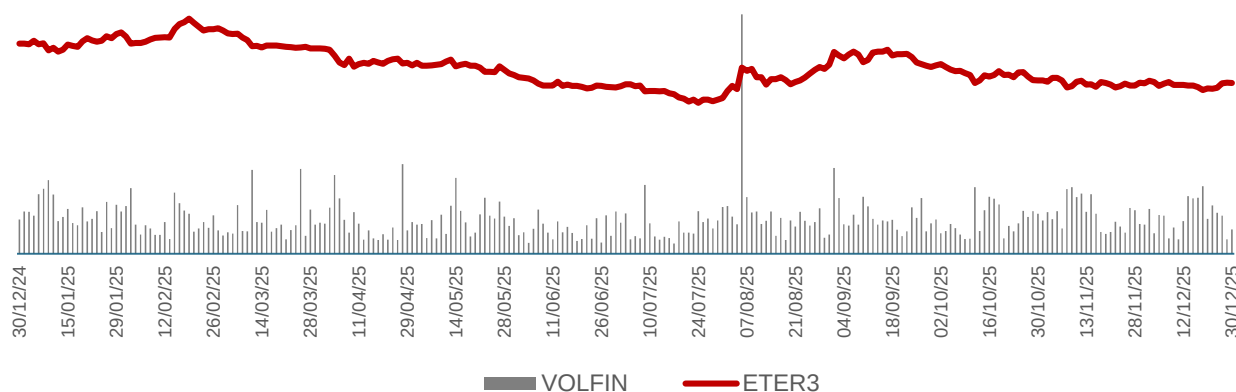
Dívida Líquida /EBITDA Recorrente



Mercado de Capitais

As ações da **Eternit** são negociadas na B3 sob o código **ETER3** e encerraram o último pregão de dezembro de 2025 cotadas a R\$ 4,10, com um volume médio diário de negociação de R\$ 416 mil, resultando um valor de mercado de R\$ 253 milhões.

Histórico cotação ETER3 (base 100)



Com capital pulverizado, ou seja, a maior parte das ações da Companhia estão distribuídas entre diversos acionistas, sem que haja um controlador, em 30 de dezembro de 2025, a Eternit contava com aproximadamente 20 mil acionistas, e 59% do capital detido por pessoas físicas, e apenas 3 acionistas detinham 5% (ou mais) do capital social, totalizando 37% do total de ações da Companhia.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, após as destinações para reservas. Em 2025, a Companhia anunciou a distribuição de R\$ 10,5 milhões em dividendos, equivalentes a R\$ 0,17071687 por ação (ex-tesouraria). O pagamento aos acionistas será realizado conforme previsto em sua Política de Dividendos.

Audidores Independentes

A RSM Brasil Auditores Independentes ("RSM") foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras de 31/12/2025, assim como das informações trimestrais de 30/09/2025, 30/06/2025 e 31/03/2025.

Atendendo ao disposto na Resolução CVM nº 162/22 e à Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria dos Auditores Independentes da Eternit, a Companhia informa que durante o exercício de 2025 não foram contratados outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações contábeis.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Seguimos comprometidos com a entrega consistente de valor, com a integridade de nossas práticas e com o desenvolvimento de uma indústria da construção civil cada vez mais moderna, transparente e sustentável. Agradecemos o apoio de nossos acionistas, a dedicação e o empenho de nossos colaboradores, a parceria de nossos fornecedores e a confiança que clientes e consumidores depositam em nossa trajetória.

A Administração

Éternit

desde 1940

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



Ativo

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.927	1.759	42.844	16.190
Contas a receber	5	45.350	42.910	152.265	154.475
Estoques	6	112.025	115.121	205.660	196.527
Tributos a recuperar	7	23.376	7.993	67.296	90.903
Partes Relacionadas	9	139.049	229.918	-	-
Adiantamento a Fornecedores		4.139	3.315	11.366	43.140
Outros Ativos		6.987	17.178	18.417	36.506
Total do ativo circulante		334.853	418.194	497.848	537.741
Ativos Mantidos para a Venda	10	7.896	-	7.896	-
Ativo não circulante					
Tributos a Recuperar	7	19.417	1.428	65.162	3.373
Partes Relacionadas	9	1.895	1.895	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	114.128	107.908	132.171	109.842
Depósitos judiciais		8.420	9.667	14.475	14.197
Outros Ativos		-	139	-	1.830
Total do realizável a longo prazo		143.860	121.037	211.808	129.242
Investimentos	8	408.758	397.873	-	-
Imobilizado	11	170.351	160.010	546.045	549.086
Intangível	12	8.309	2.055	75.177	74.424
Direito de Uso	13	-	-	24.543	16.023
Total do ativo não circulante		731.278	680.975	833.030	752.752
Total do ativo		1.074.027	1.099.169	1.363.317	1.306.516

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	14	29.426	30.821	65.907	86.828
Empréstimos e Financiamentos	15	13.920	12.576	115.744	69.163
Obrigação trabalhistas e previdenciárias	16	19.113	16.131	30.559	27.688
Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	17	13.125	8.375	29.036	19.928
Benefício pós-emprego	32	3.969	3.691	7.052	7.393
Arrendamentos	13	-	-	2.301	3.607
Partes Relacionadas	9	6.974	15.650	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	20	10.792	5.405	10.792	5.405
Outros Passivos	18	34.216	31.490	53.806	69.646
Total do passivo circulante		131.535	124.139	315.197	289.658
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	10.499	16.532	38.881	57.094
Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	17	10.647	11.865	10.647	11.944
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	4.338	3.295	4.338	3.512
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	43.855	42.917	58.171	58.188
Benefício pós-emprego	32	29.944	28.162	54.829	53.932
Perdas em Investimentos	8	-	66.196	-	-
Provisão para desmobilização da mina	33	-	-	13.836	13.179
Arrendamentos	13	-	-	23.758	12.918
Outros passivos	18	666	-	666	-
Total do passivo não circulante		99.949	168.967	205.126	210.767
Patrimônio líquido					
Capital Social	20.1	438.082	438.082	438.082	438.082
Ações em tesouraria		(157)	(1.121)	(157)	(1.121)
Reservas de capital		122.625	93.414	122.625	93.414
Reservas de lucros		289.067	279.845	289.067	279.845
Outros resultados abrangentes		(7.074)	(4.157)	(7.074)	(4.157)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		842.543	806.063	842.543	806.063
Participação dos acionistas não controladores		-	-	451	28
Total do patrimônio líquido		842.543	806.063	842.994	806.091
Total do passivo e patrimônio líquido		1.074.027	1.099.169	1.363.317	1.306.516



Demonstrações do resultado abrangente
individuais e consolidadas

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	22	591.568	579.631	1.150.164	1.142.972
Custos dos produtos vendidos	23	(534.823)	(515.561)	(913.139)	(884.622)
Lucro Bruto		56.745	64.070	237.025	258.350
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(55.367)	(51.872)	(114.482)	(111.656)
Gerais e administrativas	23	(32.834)	(32.830)	(86.420)	(81.750)
Remuneração da administração	23	(8.128)	(7.718)	(10.709)	(10.404)
Resultado de operação descontinuada	24	3.386	-	20.231	(28.103)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	24	766	8.127	15.357	9.469
Resultado de participações societárias	8	76.509	39.541	-	-
		(15.668)	(44.752)	(176.023)	(222.444)
Resultado operacional		41.077	19.318	61.002	35.906
Receitas financeiras	25	9.928	3.243	14.135	6.659
Despesas financeiras	25	(9.659)	(12.043)	(26.917)	(25.470)
Variações cambiais, líquidas	25	63	(131)	(2.353)	550
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		41.409	10.387	45.867	17.645
Imposto de renda e Contribuição social					
Corrente	21	-	-	(19.645)	(22.105)
Diferido	21	7.568	28.384	22.753	43.280
Lucro líquido do exercício		48.977	38.771	48.977	38.820
Atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	48.979	38.771
Acionistas não controladores		-	-	(2)	49
Lucro líquido do exercício		-	-	48.977	38.820
Lucro líquido por ação					
Básico e diluído (R\$)		-	-	0,7930	0,6288



Demonstrações do resultado abrangente
individuais e consolidadas

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	48.977	38.771	48.977	38.820
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	(2.917)	517	(2.492)	5.779
Outros resultados abrangentes		5.262		
Resultado abrangente total do exercício	46.060	44.550	46.485	44.599
Atribuível a:				
Acionistas controladores			48.979	44.550
Acionistas não controladores			(2)	49
Total			48.977	38.820



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



Reserva de lucros

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros Estatutária	Reservas de lucros legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	20	438.082	85.481	(590)	21.460	21.460	213.741	(9.937)	769.697	109	769.806
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	38.771	-	38.771	49	38.820
Constituição de reservas		-	-	-	1.939	1.939	(23.090)	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	5.780	5.780	-	5.780
Dividendos declarados		-	-	-	-	-	(2.272)	-	(2.272)	-	(2.272)
Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas		-	-	-	-	-	94	-	94	(130)	(36)
Compra de ações em tesouraria		-	-	(531)	-	-	-	-	(531)	-	(531)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(5.476)	-	(5.476)	-	(5.476)
Subvenção para investimento		-	7.933	-	-	-	(7.933)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		438.082	93.414	(1.121)	23.399	23.399	233.047	(4.157)	806.063	28	806.091
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	20	438.082	93.414	(1.121)	23.399	23.399	233.047	(4.157)	806.063	28	806.091
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	48.977	-	48.977	(2)	48.975
Compra de Ações em tesouraria		-	-	964	-	-	-	-	964	-	964
Subvenção para Investimento		-	29.211	-	-	-	(29.211)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(10.544)	-	(10.544)	-	(10.544)
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	(2.917)	(2.917)	425	(2.492)
Constituição de reservas		-	-	-	2.449	2.449	(4.898)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		438.082	122.625	(157)	25.848	25.848	237.371	(7.074)	842.543	451	842.994



Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	777.168	752.844	1.588.544	1.408.780
Outras receitas		3.668	19.545	12.809	20.560
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	23	(2.302)	(1.407)	(3.117)	(1.785)
		778.534	770.982	1.598.236	1.427.555
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	23	(373.130)	(412.343)	(743.361)	(780.515)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(117.317)	(164.040)	(239.356)	(246.025)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação		-	(5.627)	-	(15.814)
Outras descontos, abatimentos e doações		(10.939)	(1.226)	(13.831)	(1.566)
		(501.386)	(583.236)	(996.548)	(1.043.920)
Valor adicionado bruto		277.148	187.746	601.688	383.635
Depreciação, amortização e exaustão	23 e 24	(16.139)	(22.108)	(43.148)	(51.213)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		261.009	165.638	558.540	332.422
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	8	76.509	39.541	-	-
Receitas financeiras		10.296	3.250	49.325	57.596
Outras		16.827	(28)	60.627	2.614
		103.632	42.763	109.952	60.210
Valor adicionado total a distribuir		364.641	208.401	664.978	392.632
Pessoal:					
Remuneração direta		80.619	61.072	161.837	138.642
Benefícios		35.245	28.132	65.327	53.647
FGTS		7.344	6.786	11.894	11.841
		123.208	95.990	239.058	204.130
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		77.014	28.808	135.802	2.174
Estaduais		93.548	19.165	121.123	23.415
Municipais		1.774	2.453	2.310	4.190
		172.336	50.426	259.058	29.779
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		8.559	12.181	62.626	76.775
Aluguéis		11.561	11.033	55.080	43.128
		20.120	23.214	117.706	119.903
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos		10.544	2.272	10.544	2.272
Juros sobre o capital próprio		-	5.476	-	5.476
Lucros retidos do exercício		38.433	31.023	38.433	31.023
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	2	49
		48.977	38.771	48.979	38.820
Total		364.641	208.401	664.978	392.632



Demonstrações dos fluxos de caixas individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	41.409	10.387	45.867	17.645
Ajuste para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de Equivalência patrimonial	(76.509)	(39.541)	-	-
Depreciação e amortização	20.291	22.108	61.968	51.213
Amortização do direito de uso	-	-	-	-
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	32.384	602	20.934	863
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	690	1.407	31	1.785
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5.317	1.847	1.136	5.456
Perda estimada para redução ao valor recuperável	(15.558)	5.627	(25.916)	15.814
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.557	(2.559)	6.526	(4.667)
Provisão para benefícios pós-emprego	(857)	(827)	(2.361)	(941)
Provisão para desmobilização da mina	-	-	657	1.423
Imposto de Renda Diferido	1.348	-	424	-
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial	4.859	4.854	14.451	19.638
	19.931	3.905	123.717	108.229
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(1.897)	14.388	2.179	20.415
Partes relacionadas a receber	91.478	14.693	-	-
Estoques	3.631	(33.667)	(10.269)	(33.724)
Impostos a recuperar	(31.997)	20.515	(38.182)	50.379
Depósitos judiciais	1.247	(1.214)	(278)	(1.419)
Outros ativos	11.044	90	51.694	3.616
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(2.201)	1.104	(20.921)	(13.775)
Partes relacionadas a pagar	(90.387)	(41.327)	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.746	(4.849)	7.811	(4.544)
Obrigação com pessoal	3.480	(6.133)	3.697	(6.582)
Pagamentos de contingências	(6.336)	(4.314)	(6.543)	(5.962)
Outros passivos	(2.610)	7.232	(15.176)	20.087
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(2.871)	(29.577)	97.729	136.720
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(39)	(19.511)	(2.053)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(2.871)	(29.616)	78.218	134.667
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos e JCP a receber	49.618	86.612	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(35.926)	(22.614)	(60.520)	(75.543)
Pagamento de Arrendamentos	-	-	(3.787)	-
Baixa de investimentos	-	-	-	-
Reclassificações	(13.092)	-	35	-
Incorporação	18.456	-	-	-
Adições aos investimentos	(276)	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	18.780	63.998	(64.272)	(75.543)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	18.226	-	814.103	371.785
Amortização de empréstimos e financiamentos	(21.156)	(8.852)	(784.728)	(399.923)
Pagamento de Juros	(6.618)	-	(12.474)	-
Dividendos e JCP a pagos	(5.157)	(27.188)	(5.157)	(27.188)
Operações com arrendamento	-	--	-	(3.616)
Ações em tesouraria	964	(531)	964	(531)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(13.741)	(36.571)	12.708	(59.473)



Demonstrações dos fluxos de caixas individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aumento/(redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	2.168	(2.189)	26.654	(349)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.759	3.948	16.190	16.539
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.927	1.759	42.844	16.190
Aumento/(redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa.	2.168	(2.189)	26.654	(349)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. (“Companhia” ou “Eternit” ou “Controladora”), em conjunto com as suas controladas (“Grupo” ou “Consolidado”) com sede na cidade de São Paulo – SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o ticker ETER3 na B3 S.A – Brasil Bolsa Balcão (“B3”).

A Eternit é uma Companhia de capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a Companhia tem como acionistas pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações.

A Companhia e suas controladas denominadas (“Grupo”) é líder de mercado na comercialização de coberturas, e têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos para os segmentos de coberturas (telhas de fibrocimento) e soluções para construção industrializada (placas cimentícias e painel wall), bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Além disso, atua na exploração e beneficiamento de fibra mineral da variedade crisotila destinada exclusivamente ao mercado externo.

A Companhia detém um portfólio de marcas reconhecidas no mercado, incluindo Eternit, Precon e Confibra, entre outras, que representam tradição, qualidade e inovação no setor de materiais de construção. Cada marca possui posicionamento e público específicos, compondo um ecossistema diversificado que atende desde soluções para cobertura e construção leve até produtos de fibrocimento e sistemas para construção industrializada completos.

1.1 Principais unidades em operações



Atualmente, a Eternit possui seis parques industriais de fibrocimento em operação, sendo localizados nas cidades de Colombo/PR, Hortolândia/SP, Rio de Janeiro/RJ, Goiânia/GO, Simões Filho/BA e Caucaia/CE, além de uma planta industrial em Manaus/AM, responsável pela produção da fibra sintética de polipropileno (PP), tendo como principal destinação a demanda cativa das unidades de fibrocimento.

A Companhia, por meio de sua controlada Sama Minerações, possui uma mineradora localizada na cidade de Minaçu/GO, responsável pela exploração e beneficiamento de crisotila com vendas destinadas exclusivamente ao mercado externo.

1.2 Destaques e principais eventos ocorridos no Exercício

A Administração destaca abaixo assuntos importantes desta divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

1.2.1 Reorganização societária – Incorporação da subsidiária Tégula S.A. e descontinuação da operação de Telha de concreto

Como parte do processo de reorganização societária, no âmbito da empresa Tégula S.A. (“Tégula”), em 29 de agosto de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia aprovou a incorporação societária da Tégula S.A. (“Tégula”) pela Companhia com a transferência integral de todo o seu patrimônio líquido para a controladora, resultando na consequente extinção da Tégula (vide nota 8.3).

1.2.2 Venda do imóvel de Içara

Desapropriação, em 27 de agosto de 2025, de imóvel em Içara/SC pertencente à Tégula S.A. (posteriormente incorporada pela Eternit S.A.), realizada pelo município para fins administrativos. O valor de R\$ 3.000 foi recebido em dezembro de 2025.

1.2.3 Juros sobre capital próprio na subsidiária SAMA Minerações Ltda.

Em 30 de setembro de 2025 em reunião do Conselho de Administração, foi deliberado a apuração e a provisão a pagar de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.951, correspondente ao valor bruto por ação de R\$ 0,2604, pagos pela controlada SAMA Mineradora Ltda. à controladora Eternit S.A.

1.2.4 Créditos Tributários.

Durante o exercício de 2025 a Companhia registrou créditos tributários que contribuíram para o resultado do grupo Eternit : (i) Processo de exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS no valor de R\$ 37.921 e (ii) Crédito extemporâneo de PIS e COFINS e ICMS sobre materiais intermediários R\$ 15.727. Estre valores foram registrados nas rubricas de outras receitas e recuperações de impostos na contabilidade.

1.3 Continuidade Operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando e apesar das questões jurídicas advindas do mineral crisotila no Brasil, a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.3.1 Questão judicial do mineral crisotila no Brasil

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.200 foi incluída em pauta de julgamento virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) em 24 de outubro de 2025. Entretanto, em razão de pedido de vista formulado em 27 do mesmo mês, o julgamento foi suspenso. A Companhia permanece confiante no desfecho favorável do processo para confirmar o exercício regular de suas atividades no prazo previsto na Lei n. 22.932/24, que estabelece cinco anos para o encerramento das atividades de extração e beneficiamento do amianto da variedade crisotila em todo o território do Estado de Goiás.



1995

A exploração da crisotila foi regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas do MTE, além da Convenção 162 da OIT.



2017

ADI 4.066 : STF analisou a constitucionalidade da lei; resultado: lei não foi declarada inconstitucional (não alcançou 6 votos). ADIs 3.406 e 3.470 (RJ): STF julgou leis estaduais sobre uso da crisotila; decidiu pela constitucionalidade da lei estadual, mas declarou inconstitucional o art. 2º da Lei Federal nº 9.055/95 com efeitos nacionais.



2017 - 2019

Impactos imediatos: Sama suspendeu e depois retomou atividades, enquanto Eternit passou a usar fibras sintéticas de polipropileno (PP) em telhas.



2019-2020

Sama hibernou ativos por decisão judicial, mas voltou a operar apenas para exportação, com base na Lei Estadual de Goiás nº 20.514/2019. 2023 STF confirmou a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 9.055/95, mas exportação continuou válida sob amparo da Lei do Estado de Goiás.



2024

O Estado de Goiás aprovou a Lei nº 22.932/24, estabelecendo prazo de 5 anos para encerramento da exploração da crisotila no estado.



2025

ADI nº 6.200 contra a lei goiana entrou em pauta no STF, mas julgamento foi suspenso por pedido de vista.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Base de Mensuração

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito a seguir:

- (i) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos;

2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas normas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, sendo assim apresentada de forma suplementar para fins de IFRS. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

2.4.1 Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

i) Ativos Mantidos para Venda

A Companhia mantém determinados imóveis classificados como “Ativos Mantidos para Venda”, em conformidade com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Essa classificação é aplicável quando há intenção formal de venda e as condições necessárias para a realização da transação dentro de um prazo considerado razoável estão atendidas. Estes imóveis estão registrados a valores que não são superiores a expectativa de realização a valor justo líquido de despesas de venda.

ii) Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar no ano de 2025 no valor de R\$500.000 nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo R\$ 31.000 acumulados no ano de 2025. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo.

iii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no exercício social, estão descritas a seguir. O Grupo baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle do Grupo. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas na Nota 5.3.

Vidas úteis e valores residuais dos ativos imobilizados

O Grupo revisa os valores residuais estimados e as vidas úteis esperadas dos ativos imobilizados anualmente.

Além disso, o Grupo considera questões relacionadas a horas de utilização e nível de desgaste relacionado a operação. Especificamente, questões relacionadas ao tempo de utilização e desgaste podendo impactar a vida útil ou os valores residuais.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

O cálculo das obrigações com benefícios pós-emprego é sensível, principalmente, às variações na taxa de desconto. Para sua determinação, a Administração utiliza como referência as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional com prazos compatíveis com a duração das obrigações atuariais. As premissas de mortalidade são baseadas em tábuas atuariais amplamente adotadas no País, refletindo a expectativa de vida da população. As projeções de crescimento salarial e de reajuste dos benefícios de aposentadoria e pensão consideram as expectativas de inflação futura. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas estão divulgadas na Nota 32.

Provisão para desmobilização da mina

A controlada Sama registra provisão para potenciais desembolsos para o fechamento da mina de Cana Brava com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação. Anualmente a Comanhia com base nas melhores informações, premissas e estimativas, revisa e atualiza o valor presente das projeções futuras de gastos para fazer frente a obrigação do Plano Ambiental de Fechamento da Mina – PAFEM.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.5. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Eternit S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Esta publicação inclui as empresas apresentadas a seguir em que temos participação direta e indireta, que representam 100% em 31 de dezembro de 2025, e das quais usamos as demonstrações financeiras encerradas na mesma data base da Controladora. Os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.



CONTROLADAS DIRETAS		CONTROLADAS INDIRETAS
Sama Minerações Ltda. ("Sama") atua Mineração, exploração e beneficiamento da fibra crisotila destinada ao mercado externo, localizada em Minaçu/GO.	Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda. ("Eternit da Amazônia") atua industrialização e comercialização de fibras sintéticas de polipropileno utilizadas em materiais de construção, localizada em Manaus/AM.	Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis") está hibernada e não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. ("CSC") atua industrialização e comercialização de telhas de fibrocimento para uso na construção, localizada em Caucaia/CE.	Confibra Indústria e Comércio Ltda. ("Confibra") atua industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios, localizada em Hortolândia/SP.	
Cordoba Consultoria Ltda. ("Córdoba") atua na Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo, localizada em São Paulo/SP.	Elitemov Transporte Ltda. ("Elitemov") atua no transporte rodoviário de carga.	

2.6. Aprovação das demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram recomendadas pelo Comitê de Auditoria não estatutário, aprovadas e autorizadas para publicação e ratificadas pelo Conselho de Administração da Companhia respectivamente em 23 de março de 2026 e 24 de março de 2025.

3. NORMAS E INTEPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

3.1. Normas vigentes

Normativo	Destaques	Vigência
(a) CBPS 1 / IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, que visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Administração está avaliando os impactos da norma.	1º de janeiro de 2026
Norma CBPS 2/IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima	Esta norma tem como objetivo estabelecer requisitos para a identificação, mensuração e divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima. Essas informações devem ser úteis aos principais usuários dos relatórios financeiros de propósito geral, auxiliando na tomada de decisões sobre o fornecimento de recursos à entidade.	1º de janeiro de 2026
Emenda OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	A Resolução CVM nº 223 torna obrigatória para as companhias de capital aberto a orientação do OCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. Avaliamos a norma e não temos impactos da emenda, pois não há operações desta natureza.	1º de janeiro de 2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito de sua revisão periódica das normas IFRS, com o objetivo de promover esclarecimentos, simplificações e maior consistência normativa. As mudanças afetam, entre outras, as normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir tais alterações em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.	1º de janeiro de 2026.

3.2. Normas não vigentes

Normativo	Destaques	Vigência
Emenda IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	As alterações abordarão a diversidade nas práticas contábeis e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão: (i) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes; (ii) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico. Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e estamos avaliando os impactos das emendas.	1º de janeiro de 2026
Norma CPC 51/IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	Visa promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027 e estamos avaliando os impactos da norma.	1º de janeiro de 2027 com efeitos comparativos em 2026.
Norma IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	A norma permite que subsidiárias que não tenham responsabilidade pública e que se o seu controlador final produzir demonstrações financeiras consolidadas em conformidades com as IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais na elaboração das suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 e estamos avaliando os impactos da norma.	1º de janeiro de 2027

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Política contábil

Os saldos apresentados de caixa e equivalentes de caixa consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4.2. Composição

	Indexador	Intervalo de taxa (a.a)	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos						
Moeda Nacional			3.927	1.732	24.834	16.036
Moeda Estrangeira			-	27	16	96
Equivalentes de Caixa						
CDB (i)	CDI	101,17%	-	-	17.994	58
Total			3.927	1.759	42.844	16.190

(i) A rentabilidade média de 2025 da carteira de Certificado de Depósito Bancário (CDB) em CDI foi de 101,17%.

5. CONTAS A RECEBER

5.1. Política contábil

São registradas pelo valor faturado, quando aplicável, deduzidas das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

O montante de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem. As garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, também é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	48.526	45.396	68.413	68.294
Mercado externo (i)	-	-	96.574	98.872
	48.526	45.396	164.987	167.166
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.176)	(2.486)	(12.722)	(12.691)
Total	45.350	42.910	152.265	154.475

(i) Exportações da fibra mineral da variedade crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho de 2019 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518 de setembro de 2019. Possui a contratação de instrumentos financeiros não derivativo (Trava de Câmbio), que tem como objetivo, garantir a liquidação financeira da carteira de recebíveis preservando a taxa de câmbio da data do embarque da mercadoria.

5.2. Composição do Saldo de Contas a receber por idade de vencimento (aging-list)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer				
Até 1 ano	40.092	40.472	145.181	152.327
Valores vencidos				
Até 90 dias	4.139	1.990	6.130	2.982
Entre 91 a 180 dias	1.216	419	1.660	506
Entre 181 a 360 dias	793	547	1.116	786
Acima de 360 dias	2.286	1.968	10.900	10.565
Total	48.526	45.396	164.987	167.166
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.176)	(2.486)	(12.722)	(12.691)
Total Contas a receber, líquido	45.350	42.910	152.265	154.475

5.3. Movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(2.486)	(4.123)	(12.691)	(12.676)
Adições	(4.090)	(4.163)	(5.419)	(5.246)
Reversão	1.769	2.756	2.282	3.532
Baixas (i)	1.631	3.044	2.255	3.738
Efeito de conversão (ii)	-	-	851	(2.039)
Saldo final	(3.176)	(2.486)	(12.722)	(12.691)

(i) Baixas realizadas de clientes sem expectativa de recebimento.

(ii) Variação Cambial referente à controlada Sama.

6. ESTOQUES

6.1. Política contábil

São demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão de obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

O valor realizável líquido corresponde: ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera: a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

6.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	48.659	45.515	102.221	83.620
Produtos semiacabados	20.553	26.998	26.321	33.332
Mercadorias para revenda	1.290	1.295	2.306	3.292
Matérias-primas	25.318	22.322	37.367	42.752
Materiais auxiliares	28.734	26.203	58.811	53.761
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	(12.529)	(7.212)	(21.366)	(20.230)
Total	112.025	115.121	205.660	196.527

6.3. Movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	(7.212)	(5.365)	(20.230)	(14.774)
Adições	(6.180)	(3.750)	(11.270)	(14.116)
Reversão	8.326	1.903	10.134	8.660
Incorporação	(7.463)	-	-	-
Saldos finais	(12.529)	(7.212)	(21.366)	(20.230)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

7.1. Política contábil

Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados.

Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e da recuperabilidade. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.



7.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (i) (iii)	4.294	3.684	65.236	47.245
IRRF	28	17	1.020	967
IRPJ (iv)	6.409	4.131	12.134	14.195
CSLL (iv)	612	580	1.680	3.091
Tributos sobre importações	231	90	3.877	2.794
PIS (ii)	5.243	-	8.499	3.539
COFINS (ii)	24.250	-	36.880	19.501
IPI	662	-	805	1.626
INSS	447	256	715	424
Outros (iv)	617	663	1.612	894
Total	42.793	9.421	132.458	94.276
Circulante	23.376	7.993	67.296	90.903
Não Circulante	19.417	1.428	65.162	3.373

- (i) Do montante registrado na rubrica do consolidado, R\$ 43.924 referem-se à créditos gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo. A compensação do crédito poderá ser realizada de acordo com as possibilidades previstas na IN nº 715/2005 do Estado de Goiás.
- (ii) Do montante registrado na rubrica do consolidado, temos:
- (a) R\$ 5.318 referem-se à créditos de PIS/Cofins gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo.
 - (b) O Grupo Eternit possui decisões judiciais favoráveis, com trânsito em julgado, que asseguram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.
 - (c) Na controlada Tégula, foi deferido pedido de habilitação complementar no montante de R\$ 22.273, dos quais R\$ 5.956 foram compensados até 31 de dezembro de 2025. Em decorrência da incorporação pela Eternit, os valores remanescentes passaram a ser compensados pela controladora.
 - (d) Na controlada Companhia Sulamericana foi deferido pedido de habilitação no valor de R\$ 6.443, montante integralmente compensado até 31 de dezembro de 2025.
 - (e) Em setembro de 2025, ocorreu o trânsito em julgado do processo judicial referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS envolvendo a incorporada Precon e a controlada SAMA. As habilitações dos respectivos créditos foram deferidas no quarto trimestre de 2025, nos montantes de R\$ 14.466 e R\$ 3.369, respectivamente. Até 31 de dezembro de 2025, na incorporada Precon, foram compensados R\$ 3.479.
- (iii) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelo programa de incentivos fiscais “FDI” e “Desenvolve”.
- (iv) O montante contempla saldo negativo de IRPJ e CSLL do grupo, a ser compensado com outros tributos federais.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



8. INVESTIMENTOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS

Política contábil

São representadas por investimentos em empresas controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nessas empresas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas são eliminados para fins de equivalência patrimonial no balanço individual e para fins de consolidação.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

De acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas (IFRS 10), a controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.

8.1 Movimentação de Investimentos

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	397.873	385.609
Adições aos Investimentos	276	89.725
Resultado da equivalência patrimonial	76.509	39.541
<u>Equivalência</u> de resultado abrangente	-	5.262
Juros sobre capital próprio	(16.951)	-
Dividendos declarados	(32.667)	(86.612)
Transferência para provisão para perdas em investimentos	(16.282)	28.103
Incorporação	-	(63.755)
Saldo final	408.758	397.873



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



8.2 Mapa de Investimentos nas Controladas

31/12/2025 Controladas	Ativo	Passivo	PL	Resultado	%	Lucro nos estoques	PPA	Eq. Patrimonial.	Lucro não Realizado nos estoques	Saldo de Investimentos	Ágio/Mais-valia	Perdas em investimentos	Total Investimentos
Sama Minerações Ltda.	378.696	271.344	107.352	44.889	100,00	-	-	44.889	-	107.352	-	-	107.352
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	127.222	126.523	699	474	100,00	-	-	474	-	699	-	-	699
Companhia Sulamericana de Cerâmica	209.551	116.628	92.923	12.720	100,00	-	-	12.720	-	92.923	5.495	-	98.418
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda	192.714	90.135	102.579	14.627	100,00	(218)	-	14.409	(2.616)	99.963	-	-	99.963
Confibra Indústria e Comércio Ltda. (i)	62.305	43.946	18.359	(12.211)	100,00	-	(4.952)	(12.211)	-	18.359	83.745	-	102.104
Tégula S.A.	-	-	-	16.846	100,00	-	-	16.846	-	-	-	-	-
Elitemov Transportes Ltda.	1.625	1.403	222	(618)	100,00	-	-	(618)	-	222	-	-	222
Total	972.113	649.979	322.134	76.727		(218)	(4.952)	76.509	(2.616)	319.518	89.240	-	408.758

(i) O resultado de equivalência da empresa Confibra no montante de R\$ (12.212), está composto por R\$ (7.260) relativo ao resultado operacional e R\$ (4.952) referente amortização da mais valia (PPA) da combinação de negócio.

31/12/2024 Controladas	Ativo	Passivo	PL	Resultado	%	Lucro nos estoques	PPA	Eq. Patrimonial.	Lucro não Realizado nos estoques	Saldo de Investimentos	Ágio/Mais-valia	Perdas em investimentos	Total Investimento
Sama Minerações Ltda.	357.611	250.670	106.941	66.554	100,00	-	-	66.554	-	106.941	-	-	106.941
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	165.771	165.072	699	549	99,00	-	-	544	-	692	-	-	692
Companhia Sulamericana de Cerâmica	209.622	125.195	84.427	(3.315)	100,00	-	-	(3.315)	-	84.427	5.495	-	89.922
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda Ltda.	188.501	100.550	87.951	16.604	100,00	(719)	-	15.885	(1.947)	86.003	-	-	86.003
Confibra Indústria e Comércio Ltda. (i)	64.481	38.862	25.619	(7.222)	100,00	-	(4.952)	(12.173)	-	25.619	88.696	-	114.315
Tégula S.A.	24.328	90.536	(66.208)	(28.103)	100,00	-	-	(28.103)	-	(66.208)	-	66.196	-
Total	1.010.314	770.885	239.429	45.067		(719)	(4.952)	39.392	(1.947)	237.474	94.191	66.196	397.873

i) O resultado de equivalência da empresa Confibra no montante de R\$ (12.173), está composto por R\$ (7.221) relativo ao resultado operacional e R\$ (4.952) referente amortização da mais valia (PPA) da combinação de negócio.



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



8.3 Reorganização societária Incorporação da subsidiária Tégula S.A.

O critério de avaliação do patrimônio líquido da Tégula na incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de junho de 2025, conforme laudo de avaliação emitido por auditor independente e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 29 de agosto de 2025, movimentações posteriores foram alocadas ao patrimônio líquido da investida, conforme previsto no ato societário. A aprovação produz efeitos, para fins de registro dos ativos e passivos, na data de 30 de agosto de 2025.

Ativo	30 de junho de 2025
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	183
Contas a receber	1.233
Estoques	5.852
Impostos a recuperar	1.375
Partes relacionadas	609
Adiantamento a fornecedores	248
Outros ativos	705
Total do ativo circulante	10.205
Não Circulante	
Realizável a longo prazo	
Impostos a recuperar	21.388
Depósitos judiciais	575
Total do realizável a longo prazo	21.963
Não Circulante	30 de junho de 2025
Investimentos	1
Imobilizado	12.015
Intangível	568
Total do ativo não circulante	12.584
Total do ativo	44.752

Passivo	30 de junho de 2025
Circulante	
Fornecedores	806
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	545
Obrigações tributárias	1.771
Partes relacionadas	81.711
Outros passivos	7.271
Total do passivo circulante	92.104
Não Circulante	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	258
Provisões	717
Total do passivo não circulante	975
Não Circulante	30 de junho de 2025
Acervo líquido incorporado	(48.327)
Total do passivo e acervo líquido	44.752



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



9 Partes relacionadas

9.1 Saldos e transações com partes relacionadas

Política Contábil

Saldo e transações de partes relacionadas, quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações de partes relacionadas e lucros não realizados provenientes de operações efetuadas entre a Companhia e as empresas controladas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados.

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controlada				
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	474	(6.497)	64.476	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	35.966	-	44.157	(3.520)
Sama Minerações Ltda.	52.834	(348)	72.350	(9.026)
Elitemov Transportes Ltda.	1.109	-	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica	37.045	(80)	34.047	(60)
Confibra Indústria e Comércio Ltda.	13.516	(49)	9.532	(1.085)
Tégula S.A.	-	-	7.251	(1.959)
Total controladas	140.944	(6.974)	231.813	(15.650)
Circulante	139.049	(6.974)	229.918	(15.650)
Não circulante	1.895	-	1.895	-

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Dividendos (iv)		Conta Corrente (iii)		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No Ativo										
Controladora										
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	474	543	-	63.933	474	64.476
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	35.966	30.414	-	13.743	-	-	35.966	44.157
Sama Minerações Ltda.	-	-	1.109	-	-	-	-	-	1.109	-
Elitemov Transportes Ltda.	377	7.966	32.411	26.081	4.257	-	-	-	37.045	34.047
Companhia Sulamericana de Cerâmica	-	-	10.490	25	42.344	72.325	-	-	52.834	72.350
Confibra Industria e Comércio Ltda.	-	397	13.516	9.135	-	-	-	-	13.516	9.532
Tégula S.A.	-	3	-	7.248	-	-	-	-	-	7.251
Total controladas	377	8.366	93.492	72.903	47.075	86.611	-	63.933	140.944	231.813

	Fornecedores		Notas de débito (ii)		Conta Corrente (iii)		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No Passivo								
Controladora								
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	(5)	-	(6.492)	-	(6.497)	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	(3.454)	-	(66)	-	-	-	(3.520)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	(80)	-	-	(60)	-	-	(80)	(60)
Sama Minerações Ltda.	-	-	(348)	(9.026)	-	-	(348)	(9.026)
Confibra Industria e Comércio Ltda.	(49)	(894)	-	(191)	-	-	(49)	(1.085)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	-	-	-	(1.959)	-	-	-	(1.959)
Total controladas	(129)	(4.348)	(353)	(11.302)	(6.492)	-	(6.974)	(15.650)

- (i) Fornecimento de matéria-prima (fibra sintética) e/ ou produtos acabados e prestação de serviços, eliminados nas informações financeiras consolidadas do Grupo.
- (ii) Reembolsos de despesas corporativas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.
- (iii) Valores transferidos às controladas Córdoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo.
- (iv) Distribuição de dividendos relativo ao lucro líquido auferido nas controladas no exercício findado em 31/12/2025, e juros sobre capital próprio da controlada Sama Minerações Ltda.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. A seguir estão demonstradas essas transações até 31 de dezembro de 2025.

	Vendas		Compras		Despesas administrativas		Juros sobre mútuo despesa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No Resultado								
Controladora								
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	(97.679)	(105.168)	-	-	-	-
Sama Minerações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(19.206)
Elitemov Transportes Ltda.	4.162	5.813	(51)	(28)	-	-	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica	7.790	4.827	-	-	-	-	-	-
Confibra Industria e Comércio Ltda.	150	194	(170)	(94)	-	-	-	-
Total	12.102	10.834	(97.900)	(105.290)	-	(1)	-	(19.206)

9.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo reconheceu as despesas pagas com remuneração e benefícios de curto e longo prazo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salário, honorários e benefícios	4.924	5.443	7.505	8.129
Bônus (inclusive encargos)	2.785	1.796	2.785	1.796
Benefício pós-emprego	419	479	419	479
Total	8.128	7.718	10.709	10.404

Deste modo, o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal foi apresentado e aprovada na AGO realizada em 30 de abril de 2025, o qual foi fixado em até R\$ 13.440, sendo R\$ 11.795 para a Diretoria Estatutária, R\$ 1.469 para o Conselho de Administração e R\$ 176 para o Conselho Fiscal (R\$ 15.109 para o exercício de 2024).

10 Ativos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Eternit – Unidade Osasco	25	-	25	-
Eternit – Unidade Atibaia	7.745	-	7.745	-
Eternit – Unidade Anápolis	126	-	126	-
Total	7.896	-	7.896	-

Os ativos desta nota explicativa encontram-se disponíveis para venda. Em reunião realizada em 30 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a disponibilização para venda dos imóveis localizados em Osasco (SP), Atibaia (SP) e Anápolis (GO), todos registrados no ativo circulante. O objetivo desta desmobilização de ativo não operacional é a de eliminar custos com ativos inoperantes e maximizar a realização de caixa.

O valor justo por meio do resultado, menos as despesas de venda do negócio, é superior ao valor contábil do ativo relacionado. Não existem passivos associados ao ativo mantido para venda. A Companhia mantém determinados imóveis classificados como “Ativos Mantidos para Venda”, em conformidade com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Essa classificação é aplicável quando há intenção formal de venda e as condições necessárias para a realização da transação dentro de um prazo considerado razoável estão atendidas.

Essa decisão está alinhada à estratégia da Companhia de otimização do portfólio de ativos e foco em negócios com maior rentabilidade, além de complementar as medidas já comunicadas ao mercado por meio do Fato Relevante de 11 de março de 2025, que tratou da descontinuidade da linha de produtos fotovoltaicos.

Os referidos imóveis estão em processo de avaliação por meio de laudos técnicos independentes, com o objetivo de determinar seu valor justo líquido de despesas de venda, conforme as práticas contábeis aplicáveis.

11 IMOBILIZADO

Conciliação do valor contábil líquido do Imobilizado

a) Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Adições	Transferências	Baixas	Incorporação	Depreciação	Saldo em 31/12/2025	Custo	Depreciação	Total
Terrenos	3.775	-	-	-	(2.248)	2.248	-	3.775	3.775	-	3.775
Edificações	14.182	(611)	-	(97)	(4.478)	6.163	(4.551)	10.608	40.552	(29.944)	10.608
Móveis e utensílios	692	-	-	132	(264)	427	(12)	975	7.332	(6.357)	975
Instalações	11.914	(3.589)	-	2.082	(6.534)	6.449	(1.836)	8.486	42.314	(33.828)	8.486
Máquinas e equipamentos	118.958	13.667	-	11.489	(27.240)	16.062	(13.034)	119.902	207.271	(87.369)	119.902
Veículos	233	-	-	-	18	127	(127)	251	908	(657)	251
Equipamentos de informática	8.191	-	-	200	(4.251)	320	(419)	4.041	9.669	(5.628)	4.041
Imobilizado em Andamento	2.065	3.625	29.663	(13.806)	4.989	-	-	26.536	26.536	-	26.536
Provisão para perda do Imobilizado	-	-	-	-	15.558	(19.781)	-	(4.223)	-	(4.223)	(4.223)
Total	160.010	13.092	29.663	-	(24.450)	12.015	(19.979)	170.351	338.357	(168.006)	170.351

b) Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025	Custo	Depreciação	Total
Terrenos	6.225	(11)	-	-	(2.248)	-	3.966	3.966	-	3.966
Edificações	164.163	(62.176)	-	85	(4.661)	(8.321)	89.090	141.170	(52.080)	89.090
Móveis e utensílios	2.142	337	-	283	(165)	(200)	2.397	16.572	(14.175)	2.397
Instalações	-	34.078	-	2.855	(6.535)	(6.955)	23.443	224.887	(201.444)	23.443
Máquinas e equipamentos	268.359	51.237	-	12.648	(21.355)	(30.120)	280.769	500.568	(219.799)	280.769
Veículos	27.603	(4.218)	-	-	20	(5.584)	17.821	47.323	(29.502)	17.821
Equipamentos de informática	12.168	(207)	-	430	(3.815)	(728)	7.848	17.932	(10.084)	7.848
Desmobilização da Mina	13.194	6.892	-	1.411	-	(1.037)	20.460	27.263	(6.803)	20.460
Obras de Contenção da Mina	1.778	(1.778)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio	42.299	-	-	-	-	(782)	41.517	41.517	-	41.517
Imobilizado em Andamento	11.155	7.050	51.624	(17.712)	10.839	-	62.956	62.956	-	62.956
Provisão para perda do Imobilizado	-	(30.009)	(129)	-	25.916	-	(4.222)	-	(4.222)	(4.222)
Total	549.086	1.195	51.495	-	(2.004)	(53.727)	546.045	1.084.154	(538.109)	546.045

11.1 Perda por redução ao valor recuperável - teste de impairment

a) Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Baixas	Incorporações	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado	-	19.781	(19.781)	-
Total	-	19.781	(19.781)	-

a) Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Adições	Baixas	Incorporações	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado	-	(10.228)	(129)	30.138	(19.781)	-
Total	-	(10.228)	(129)	30.138	(19.781)	-

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



12. INTANGIVEL

12.1 Conciliação do valor contábil líquido do Intangível

a) Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Incorporação	Amortização	Saldo em 31/12/2025	Custo	Depreciação	Total
Softwares	2.055	6.263	(272)	575	(312)	8.309	23.613	(15.304)	8.309
Total	2.055	6.263	(272)	575	(312)	8.309	23.613	(15.304)	8.309

b) Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025	Custo	Depreciação	Total
Softwares	2.935	200	9.018	(284)	297	12.166	34.742	(22.576)	12.166
Outros	232	(1.430)	7	(332)	-	(1.523)	3.878	(5.401)	(1.523)
Ágio – Goodwill	51.090	-	-	-	-	51.090	51.090	-	51.090
Marcas e patentes	1	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Carteira de clientes	20.166	-	-	-	(6.722)	13.444	13.444	-	13.444
Total	74.424	(1.230)	9.025	(617)	(6.425)	75.177	103.154	(27.977)	75.177

Perda por redução ao valor recuperável – teste de *impairment*

A Companhia atualmente possui duas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) em operação: (i) Fibrocimento, que contempla os ativos para a produção de telhas e produtos para a construção industrializada (ambos de fibrocimento), com fábricas em Colombo-PR, Hortolândia-SP, Rio de Janeiro-RJ, Goiânia-GO, Simões Filho-BA, Caucaia-CE e a fábrica da Eternit da Amazônia, que contempla os ativos para produção de fibra sintética de polipropileno com unidade localizada em Manaus; (ii) Sama, mineradora, responsável pela exploração e beneficiamento da fibra mineral de variedade crisotila que, destina a totalidade da operação para fins exclusivos de exportação amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

A última revisão realizada do valor recuperável de seus ativos relevantes ocorreu em 31 de dezembro de 2025. A revisão foi preparada por uma empresa especializada independente e efetuada com base no cálculo do valor em uso. A conclusão dos testes de recuperabilidade destes ativos da Companhia e de suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período.

A metodologia utilizada para o teste de recuperabilidade dos ativos da Companhia foi de fluxo de caixa descontado, tanto para a UGC de Fibrocimento, que contempla os ativos para a produção de telhas, produtos para a construção industrializada (ambos de fibrocimento) e produção de fibra de polipropileno; quanto para a UGC da Sama.

O efeito da reversão referente à depreciação e amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sobre o saldo de perdas por redução ao valor recuperável foi de R\$ 4.967 no consolidado.

UGC Fibrocimento

As unidades industriais da Eternit S/A, Confibra e CSC juntamente com a unidade que produz a fibra sintética de polipropileno (PP), localizada em Manaus, são consideradas como uma única UGC para fins de teste de recuperabilidade.

Dessa forma, a Companhia fez a revisão do valor recuperável da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, utilizando as principais premissas para o cálculo do valor em uso mencionadas a seguir:

- **Período de avaliação:** dez anos;
- **Taxa de crescimento:** receitas, custos e despesas com base no orçamento 2026 aprovado pelo Conselho de Administração e, a partir do segundo ano, o planejamento plurianual da companhia;
- **Taxa de desconto:** custo ponderado de capital do Grupo (WACC) de 12,7% a.a.

O valor operacional da UGC foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2025, não possuindo indicativo de *impairment* pelo valor em uso.

Deste modo, a Companhia não registrou provisão para perda por redução no valor recuperável dos ativos imobilizados e intangível, uma vez que o seu valor justo foi superior ao valor contábil.

UGC Mineração (Sama)

A Companhia realizou uma avaliação do valor recuperável da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, utilizando as principais premissas para o cálculo do valor em uso mencionadas a seguir:

- **Período de avaliação:** cinco anos;
- **Taxa de crescimento:** receitas, custos e despesas com base no orçamento 2026 aprovado pelo Conselho de Administração e, a partir do segundo ano, o planejamento plurianual da companhia;
- **Taxa de desconto:** custo ponderado de capital do Grupo (WACC) de 12,7% a.a.

O valor operacional da UGC foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2025, não possuindo indicativo de *impairment* pelo valor em uso, mesmo considerando um horizonte operativo de 5 anos, conforme estabelece a lei nº 22.932/24 do estado de Goiás que ainda não está vigente.

Deste modo, a Companhia não registrou provisão para perda por redução no valor recuperável dos ativos imobilizados e intangível, uma vez que o seu valor justo foi superior ao valor contábil.

13. Direito de Uso e Arrendamentos

POLÍTICA CONTÁBIL

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de terreno e galpão, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, considerando a taxa incremental de financiamento. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado dos exercícios e registrado na linha competente à sua natureza, assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "resultado financeiro".

O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de aluguel referente ao terreno e galpão industrial onde se encontra instalada a fábrica que produz a fibra sintética de polipropileno, localizada em Manaus-AM. O referido contrato de aluguel vencerá em março de 2037.

Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 12,7% a.a., correspondente a WACC, haja vista que a Companhia possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação.

	Edifícios - Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo Inicial	16.023	(16.525)	16.069	(16.234)
Adição	10.630	-	-	-
Reversão	(293)	(10.337)	1.651	(1.638)
Depreciação	(1.816)	-	(1.697)	-
Pagamento	-	3.787	-	3.603
Correção	-	(2.984)	-	(2.256)
Saldo Final	24.543	(26.059)	16.023	(16.525)
Circulante	-	(2.301)	-	(3.607)
Não circulante	24.543	(23.758)	-	(12.918)
Resultado			Resultado	
Depreciação		1.816		1.697
Juros		2.984		2.256
Saldo Final		4.800		3.953

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	27.080	26.923	59.021	76.184
Mercado externo	366	1.943	2.661	6.357
Mercado interno recuperação judicial (i)	1.980	1.955	3.536	3.512
Mercado externo recuperação judicial (i)	-	-	689	775
Total	29.426	30.821	65.907	86.828

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do Plano de Recuperação Judicial, totalizavam R\$ 1.980 na controladora, sendo, R\$1.343 relativo a Classe III e R\$ 637 na Classe IV. No consolidado R\$ 4.225, sendo R\$ 3.308 na Classe III e R\$ 917 na Classe I.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.



Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



15.1 Composição dos empréstimos e financiamentos:

Contrato	Entidade	Valor da captação	Data início	Encargos	Custo a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	Controladora		Consolidado	
											31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Sofisa CCE - 27084-6	Sama	3.101	06/04/2023	4,907% a.a. + 100% do CDI	20,54%	10/04/2028	Aquisição de 12 caminhonetes L200 TRITON OUTDOOR GLX 2.4 D 4X4 para circulação interna - SAMA	Carência de 6 meses de principal e amortização em 60 meses.	Alienação Fiduciária		0	-	1.626	2.318
Sofisa CCE - 29388-1	Sama	5.875	30/06/2023	4,907% a.a. + 100% do CDI	20,54%	30/06/2028	Aquisição de 5 caminhões Volvo FMX 500 6X4 2p (diesel) (E6) para operação de extração do minério Crisotila	Carência de 6 meses de principal e amortização em 60 meses.	Alienação Fiduciária		-	-	3.424	4.735
Sofisa CCE - 30452-0	Sama	2.350	10/08/2023	4,907% a.a. + 100% do CDI	20,54%	11/08/2028	Aquisição de 2 caminhões Volvo FMX 500 6X4 2p (diesel) (E6) para operação de extração do minério Crisotila	Carência de 6 meses de principal e amortização em 60 meses.	Alienação Fiduciária		-	-	1.405	1.930
Fibra CCE - 0033124	Sama	16.860	09/02/2024	5,282542% a.a. + 100% do CDI	20,97%	09/02/2028	Aquisição de 14 caminhões MERCEDES-BENZ AROCS 4151/36 6X4 para operação de extração do minério Crisotila	Carência de 12 meses de principal e amortização em 36 meses.	Alienação Fiduciária	NIHIL	-	-	12.325	17.027
Daycoval / BNDES FINAME - 68820 / 68821	Eternit	29.996	09/09/2022	4,8000 % a.a. + 100% do Selic	20,52%	15/09/2028	Capital de Giro	Carência de 12 meses de principal e amortização em 60 meses.	40% do valor captado em Duplicatas		24.419	29.108	24.419	29.108
Banco da Amazônia CCB - FMI-G- 182-14-0024- 8	Eternit da Amazônia	37.384	01/01/2021	8,24 % a.a. c/ desc. 7,004% a.a.	7,00%	01/06/2031	Financiamento da Fábrica Eternit da Amazônia - Manaus	Carência de 12 meses de principal e amortização em 60 meses.	Fábrica Eternit situada no Rio de Janeiro		-	-	21.650	25.586
Banco Sofisa - ACE	Sama	78.322	02/07/2025	7,40 a.a.	7,40%	18/12/2025	Capital de Giro	Recbto Ordens de Pagto	Cambiais		-	-	23.778	30.659
Banco Daycoval - ACE	Sama	18.057	21/08/2025	8,20 a.a.	8,20%	22/12/2025	Capital de Giro	Recbto Ordens de Pagto	Cambiais		-	-	3.161	14.894
Banco Daycoval - ACC	Sama	29.758	26/09/2025	7,85 a.a.	7,80%	30/03/2026	Capital de Giro	Antec. Recbto Ordens de Pagto	Cambiais		-	-	62.838	-
Total											24.419	29.108	154.625	126.257



Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



Passivo circulante	13.920	12.576	115.744	69.163
Passivo não circulante	10.499	16.532	38.881	57.094
Total	24.419	29.108	154.625	126.257

(i) O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras (“covenants”).



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



15.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.275	142.297
(+) Captações	-	371.785
(-) Amortizações	(5.170)	(391.102)
(-) Pagamentos de juros	(3.683)	(8.821)
(+) Despesa de juros e custo de estruturação (i)	4.686	9.972
(+) Variação Cambial	-	2.126
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.108	126.257
(+) Captações	18.226	814.103
(-) Amortizações	(21.156)	(784.728)
(-) Pagamentos de juros	(6.618)	(12.474)
(+) Despesa de juros e encargos	4.859	12.418
(+) Variação Cambial	-	(951)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	24.419	154.625

15.3 Vencimentos

	Controladora	Consolidado
2026	13.920	110.432
2027	6.001	20.655
2028	4.498	13.696
2029	-	9.842
Total	24.419	154.625

16 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Férias	8.549	9.127	14.784	15.440
Participação nos lucros e resultados	3.930	1.611	6.640	2.911
Bônus	4.857	2.656	4.857	2.656
Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS	1.297	796	2.242	1.858
Instituto nacional do seguro social - INSS (i)	4.557	5.055	6.189	8.192
Outros	261	181	185	143
Total	23.451	19.426	34.897	31.200
Circulante	19.113	16.131	30.559	27.688
Não circulante	4.338	3.295	4.338	3.512

- (i) Do montante total registrado na rubrica, R\$ 2.471 na controladora, sendo R\$ 837 no passivo circulante e R\$ 1.634 no passivo não circulante e no consolidado R\$ 2.695, sendo R\$ 913 no passivo circulante e R\$ 1.782 no passivo não circulante referem-se ao saldo a pagar junto ao INSS. Os débitos foram re-parcelados em 60 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conformidade com a Lei nº 11.101/2005 com liquidação final prevista para 2028.



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



17 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda - IRPJ	-	-	7.318	3.618
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	2.739	1.321
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	5.832	3.187	8.382	5.980
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	1.625	1.342	2.160	1.599
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.961	504	2.280	193
Programa de integração social - PIS	408	102	463	35
Impostos retidos na fonte	1.331	1.429	2.062	3.095
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	-	17	17
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais - CFEM	-	-	686	1.005
Instituto nacional de seguro social - INSS	80	55	127	153
Imposto sobre qualquer natureza - ISS	44	19	187	81
Parcelamento de tributos (ii)	12.491	13.505	13.168	14.381
Outros	-	97	94	394
Total	23.772	20.240	39.683	31.872
Circulante	13.125	8.375	29.036	19.928
Não Circulante	10.647	11.865	10.647	11.944

- (i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais "Produzir" e "Desenvolve" na controladora, FDI na controlada CSC, Crédito Pesumido e Crédito Estímulo na controlada Eternit da Amazônia.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2025, saldo a pagar referente débitos tributários de R\$ 12.217. Os débitos federais da Eternit foram renegociados em conformidade com a Lei 14112/20 com utilização parcial do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL, em 84 parcelas, para Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda em conformidade com a Lei 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizando R\$ 234 no passivo circulante na controladora e R\$ 1.070 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 2.125 no passivo circulante e R\$ 10.092 no passivo não circulante com liquidação prevista até 2030. O parcelamento com a Secretaria Estadual da Fazenda foi integralmente liquidado.

18 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes	8.602	8.735	11.841	16.199
Comissões mercado interno (i)	17.583	15.712	19.704	18.448
Comissões mercado externo (i)	-	-	3.195	1.224
Provisão para destinação resíduos (ii)	-	321	-	321
Provisão para garantia	3.923	702	3.923	5.926
Fretes a pagar	-	-	3.056	10.948
Outras contas a pagar (iii)	4.774	6.020	12.753	16.580
Total	34.882	31.490	54.472	69.646
Circulante	34.216	31.490	53.806	69.646
Não circulante	666	-	666	-



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



- (i) Comissões a pagar aos representantes comerciais relativas aos negócios de fibrocimento e exportação de crisotila;
- (ii) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou devoluções;
- (iii) Referem-se principalmente a provisão para serviços prestados, receitas a realizar e outros gastos com pessoal.

19 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Eternit possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro da Eternit, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas informações financeiras.

19.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Processos trabalhistas	40.227	41.009	49.205	51.569
Processos cíveis	2.101	1.322	7.061	6.013
Processos tributários	1.527	586	1.905	606
Total	43.855	42.917	58.171	58.188

19.2 Movimentação

	Controladora			Total
	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis (i)	Provisões Tributárias (ii)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.009	1.322	586	42.917
Adições	7.549	1.132	941	9.622
Reversões	(2.988)	(77)	-	(3.065)
Pagamentos	(5.951)	(385)	-	(6.336)
Incorporação	608	109	-	717
Saldos em 31 de dezembro de 2025	40.227	2.101	1.527	43.855

	Controladora			Total
	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis (i)	Provisões Tributárias (ii)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.085	3.874	757	49.716
Adições	8.449	181	43	8.673
Reversões	(8.210)	(2.733)	(214)	(11.157)
Pagamentos	(4.315)	-	-	(4.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.009	1.322	586	42.917



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



	Consolidado			Total
	Provisões Trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	51.569	6.013	606	58.188
Adições	7.942	1.528	1.299	10.769
Reversões	(4.148)	(95)	-	(4.243)
Pagamentos	(6.158)	(385)	-	(6.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	49.205	7.061	1.905	58.171

	Consolidado			Total
	Provisões Trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	59.409	8.631	777	68.817
Adições	12.754	525	43	13.322
Reversões	(14.632)	(3.143)	(214)	(17.989)
Pagamentos	(5.962)	-	-	(5.962)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	51.569	6.013	606	58.188

- (i) As principais provisões de natureza cível e trabalhista referem-se a:
- a) Ação Civil Pública consumerista ajuizada em 2008 pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, (Processo n.º 0192494-06.2008.8.19.0001), visando a proibição da comercialização e fabricação de produtos com amianto em sua composição no Estado. Houve acordo entre as partes, no valor de R\$ 375 (trezentos e setenta e cinco mil reais). O acordo foi homologado pelo STJ e o respectivo valor foi quitado pela Companhia em dezembro de 2025;
 - b) Ação Civil Pública ambiental ajuizada em 2009 pelo Ministério Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, (Processo n.º 0000238-12.2009.4.01.3307), por supostos danos ambientais em Bom Jesus da Serra, especificamente decorrentes da exploração de amianto na Fazenda São Félix do Amianto. A Companhia com base na posição dos assessores jurídicos registrou provisão no montante de R\$ 4.566 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e seis mil reais), a título de danos morais coletivos. Desde o segundo semestre de 2025, o processo tramita pelo CEJUSC do TRF1, para tentativa de conciliação entre as partes. Em audiência realizada no dia 02 de fevereiro de 2026, o processo foi sobrestado por mais 180 dias para aguardar a conciliação entre as partes;
 - c) Ações trabalhistas e indenizatórias de ex-colaboradores envolvendo horas extras, adicionais, verbas rescisórias, entre outros;
 - d) Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho do Estado de São Paulo (Processo n.º 0002106-72.2013.5.02.0009) e a ABREA (Processo 002715-55.2013.5.02.0009), ajuizada em 2013 sobre a antiga unidade de Osasco/SP encerrada no início dos anos 90, com provisão de R\$ 21.100 (vinte e um milhões e cem mil reais). referente a danos morais e obrigação de assistência médica. A Companhia interpôs agravo de instrumento, que pende de julgamento do TST;
 - e) Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho do Estado de Rio de Janeiro (Processo n.º 0011104-96.2014.5.01.0049) e ABREA (Processo n.º 0011169-91.2014.5.01.0049), ajuizada em 2014 sobre saúde ocupacional, com provisão de R\$ 800 (oitocentos mil reais) e obrigação de custeio de assistência médica. Em dezembro de 2021, foi negado provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Eternit para condená-la ao custeio das despesas de deslocamento de ex-trabalhadores para a cidade do Rio de Janeiro, comprovadamente necessários ao acesso à integral assistência à saúde, qualquer que seja o domicílio dos beneficiários. Ambas as partes opuseram Embargos de Declaração que aguardam julgamento. Parte desta decisão foi considerada como provável no que diz respeito à obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação à obrigação de custear assistência médica a todos os ex-empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto. Paralelamente, as partes vêm mantendo tratativas, com vistas a um desfecho consensual para a demanda;



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



- f) Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho do Estado de Goiás (Processo n.º 0010606-45.2020.5.18.0201), sobre saúde ocupacional e monitoramento médico de ex-empregados, sem valor pecuniário, apenas obrigação de fazer já cumprida pela Companhia.
- (ii) Na área tributária as principais provisões englobam:
 - a) Cobrança de IPI na aquisição de produtos isentos, e insumos sujeitos à alíquota zero;
 - b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.
- (iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contingências passivas de naturezas trabalhista, cível e tributária, cujo risco de perda foi considerado como possível pelos seus consultores jurídicos, com valores mensurados confiavelmente no montante consolidado de R\$ 293.156 (Duzentos e noventa e três milhões, cento e cinquenta e seis mil). Portanto, não foi registrada nenhuma provisão para esses processos. Com base nas informações prestadas por seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia revisou seus controles, no intuito de aprimorar a avaliação do prognóstico de risco das causas.

As principais contingências cuja probabilidade de perda foi considerada como possível pelos consultores jurídicos são:

- a) Ação Civil Pública ajuizada em 2009 pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia (Processo n.º 0000980-37.2009.4.01.3307), que visa impor ao Grupo a responsabilidade por supostos danos causados à saúde da população, a qual foi julgada parcialmente procedente, com a condenação da Companhia, a título de dano moral coletivo no montante de R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) e de dano moral individual de R\$ 150 (cento e cinquenta mil reais), dentre outras obrigações. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de primeira instância, que se encontra pendente de julgamento. A Administração do Grupo reconheceu como possível perda o montante de R\$ 9.000 (nove milhões de reais). Paralelamente, as partes discutem a possibilidade um acordo;
- b) Ação Civil Pública ajuizada em 2017, perante a Vara do Trabalho da Bahia, pelo Ministério Público do Trabalho, contra a Companhia (Processo n.º 0000866-37.2017.5.05.0102), que discute assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de dano moral coletivo no valor de R\$ 225.000 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais). Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA, outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho (Processo n.º 0000072-79.2018.5.05.0102). Foi proferida sentença de 1º grau que julgou parcialmente procedente a ação para condenar a empresa a pagar R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) de dano moral coletivo e obrigações relativas a tratamento de saúde para doentes. Eternit, MPT e ABEA recorreram. Paralelamente, as partes vêm mantendo tratativas, com vistas a um desfecho consensual para a demanda;
- c) Ação Civil Pública ajuizada em 2021, perante à Justiça Federal em Goiás, pelo Ministério Público Federal (Processo n.º 1002022-72.2021.4.01.3505), em face da Eternit, Sama e outros, visando discutir a inconstitucionalidade da Lei Estadual que permite a exploração minerária do amianto crisotila e busca a tutela jurisdicional para cancelamento dos direitos de lavra da Mina de Cana Brava detidos pela SAMA. Foi deferida parcialmente a liminar requerida pelo MPF, para que a Sama suspendesse as atividades de extração, exploração, beneficiamento, comercialização, transporte e exportação de amianto crisotila, bem como para que fossem suspensos os efeitos das autorizações do DNPM (ANM), para pesquisa, lavra e beneficiamento de amianto, concedidos à SAMA, Eternit ou outras subsidiárias detentoras de tal título. Eternit e SAMA interpuseram agravo ao TRF1, que pende de julgamento. Também em face da tal decisão, o Município de Minaçu ajuizou pedido de Suspensão de Liminar, o qual foi deferido para sustar os efeitos da mencionada liminar (até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal), autorizando a SAMA a retomar as suas atividades na mina. O MPF interpôs agravo interno, o qual foi acolhido pelo STJ para declarar a competência do STF para discutir a matéria. Paralelamente, também foi formulado pedido ao STF no sentido de que a ação contraria a decisão da Corte proferida na ADI 6200, tendo sido concedida, portanto, liminar para cassar a tutela de 1º grau;



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



- d) Ação de Execução de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), ajuizada em 2017, perante a Vara do Trabalho de Simões Filho, na Bahia, pelo Ministério Público do Trabalho, contra a Companhia (Processo n.º 0000883-76.2017.5.05.0101) visando a condenação da Eternit ao pagamento de R\$ 42.635 (quarenta e dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil reais), por supostamente descumprir a obrigação imposta no TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) de emissão de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). A ação foi extinta, em 1º grau, por reconhecimento de prescrição. O TRT5 deu parcial provimento ao agravo de petição do MPT para impor a condenação da empresa ao pagamento de R\$ 9.125 (nove milhões, cento e vinte e cinco mil reais) e deferir tutela inibitória, para que Eternit não descumpra a obrigação do TAC de emissão de CAT. A Companhia opôs embargos de declaração contra o acórdão do TRT5, que foram rejeitados. A Companhia interpôs recurso de revista, que foi inadmitido pela Vice-Presidência do TRT-5. Está em curso prazo para interposição de agravo de instrumento;
- e) Ação Civil Pública ajuizada em 2012, perante a 3ª Vara Federal do Distrito Federal, pelo Ministério Público Federal (Processo n.º 0032042-05.2012.4.01.3400), em face da Eternit, visando a imposição de obrigação de não fazer à Eternit, no sentido de que se abstenha de trafegar em qualquer rodovia federal com excesso de peso, sob pena de multa pecuniária em caso de descumprimento, bem como à condenação ao pagamento de indenização pelos danos causados à malha viária nacional e de danos coletivos. Foi proferida sentença julgando a ação totalmente improcedente. Contudo, em julgamento de apelação, a Quinta Turma do TRT-1 condenou a Eternit à obrigação de não trafegar com excesso de peso em rodovias, sob pena de multa, bem como ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 50 (cinquenta mil reais). O resultado foi revertido em julgamento de embargos infringentes. O MPF interpôs recurso especial, inadmitido na origem, e agravo em recurso especial, provido pela Primeira Turma do STJ para restaurar o acórdão que deu provimento à apelação do Parquet. Eternit então opôs embargos de declaração, que ficaram suspensos ante a pendência do Tema 1.104 do STJ, processado sob o rito dos recursos repetitivos. Com o julgamento do Tema 1.104, que fixou a tese de responsabilização civil das empresas cujos caminhões tramitaram com excesso de peso, os embargos de declaração da Eternit foram julgados, para se anular o acórdão do TRF-1 e determinar o rejuízo da matéria pelo Regional, após o trânsito em julgado da decisão proferida no Tema 1.104, que se encontra em sede de recurso extraordinário. Em paralelo, pendem ainda de julgamento as ADPFs ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal.

20 Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 438.082 e estava representado por 61.776.575 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído como demonstrado a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Composição acionária				
Pessoas físicas	19.774	38.285.183	23.321	37.414.625
Pessoas jurídicas	87	584.699	116	821.041
Pessoas residentes no exterior	9	196.202	35	1.871.661
Clubes, fundos e fundações	50	22.698.905	40	21.542.793
	19.920	61.764.989	23.512	61.650.120
Ações em tesouraria	1	11.586	1	126.455
Total	19.921	61.776.575	23.513	61.776.575



Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de Reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

(ii) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das 11.586 mil ações em tesouraria era de R\$ 157 (R\$ 1.121 em 31 de dezembro de 2024 referente a 126.455 mil ações).

(iii) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do período atribuível aos controladores	48.977	38.771
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzida da média das ações ordinárias em tesouraria	61.765	61.650
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	0,7930	0,6288

(iv) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2025 e 2024, representam:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre capital próprio	137	3.026	137	3.026
Dividendos	10.655	2.379	10.655	2.379
	10.792	5.405	10.792	5.405

Destinação do resultado do exercício

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	48.977	38.771
Constituição de Reservas:		
Legal (b)	(2.449)	(1.939)
Estatutária (c)	(2.449)	(1.939)
Reserva de incentivos fiscais	(29.211)	(7.933)
Retenção de lucros (d)	(4.324)	(19.212)
Lucro disponível	10.544	7.748
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos	-	(5.476)
Dividendos propostos (a)	(4.329)	(2.272)
Dividendos adicionais	(6.215)	
Total de dividendos	(10.544)	(7.748)
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	4.329	7.225



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



- (a) A Eternit obteve em 15/01/2026 liminar favorável a não retenção de IRRF sobre os dividendos pagos aos acionistas para a competência de 2025, permitindo que a sua deliberação possa ser feita em atenção ao prazo previsto no Art.132, inc II da Lei 6.404/76.
- (b) Reserva Legal Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
- (c) Reserva estatutária de manutenção de capital de Giro Nos termos do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia do saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções da reserva legal e do dividendo obrigatório, 5% do lucro líquido do exercício, serão destinados para a formação da reserva estatutária, cujo valor não poderá ultrapassar 10% do valor do capital social. Esta reserva tem por finalidade assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais da Companhia.
- (d) Retenção de lucros conforme previsto no artigo 30 (iv) do Estatuto Social da Companhia foi efetuada a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, conforme art. 196 da Lei 6.404/76, que se destina a atender o orçamento de capital.

(v) Subvenção para investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, foram registrados o montante de R\$ 29.211 referente incentivos fiscais (R\$ 7.933 em 31 de dezembro de 2024), vide nota 30.

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

Política contábil

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



(i) A conciliação das taxas efetiva e nominal de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do impostos de Renda e Contribuição Social	41.409	10.387	45.867	17.645
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e de contribuição social, às alíquotas nominais	(14.079)	(3.532)	(15.595)	(6.000)
Equivalência	26.013	13.460	-	-
Juros Capital Próprio	(5.763)	1.862	-	1.862
Incentivo Fiscal (a)	-	-	3.795	3.372
Créditos Tributários Extemporâneos (b)	1.955	-	1.955	-
Desapropriação de ativos	938	-	938	-
Provisão para bônus da Administração	(947)	-	(1.267)	438
Impairment	-	-	-	2.876
Constituição de Diferido sobre Prejuízo/Provisão de Exercícios Anteriores	-	15.005	8.917	19.811
Diferenças Temporárias sem diferido	-	-	-	3.559
Prejuízo Fiscal sem diferido	-	-	-	(10.062)
Amortização mais valia - Confibra	-	-	2.551	-
Outras	(549)	1.589	1.814	5.319
IR/CS Efetivo	7.568	28.384	3.108	21.175
IR/CS Corrente	-	-	(19.645)	(22.105)
IR/CS Diferido	7.568	28.384	22.753	43.280

a) Incentivos fiscais relacionados a subvenções governamentais nas filiais da Bahia e Goiás;

b) Refere-se a valores de atualização de créditos extemporâneos de ICMS e PIS/Cofins que não são base de tributação

(ii) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos Fiscais e Base negativa	85.623	80.008	103.899	132.574
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.910	14.592	19.518	19.426
Provisão para Impairment	-	3.790	-	3.790
Perdas estimada em crédito liquidação duvidosa	1.080	842	1.376	3.839
Benefício pós emprego	1.349	1.255	2.817	2.700
Mais valia Confibra	-	-	(17.974)	(18.734)
Lucros não realizados nos estoques	-	-	1.115	375
Mercadorias não embarcadas	-	-	1.432	5.328
Efeito do Prejuízo fiscal e base neg não reconhecido como imposto diferido (a)	-	-	-	(43.323)
Outras Provisões	11.166	7.422	19.988	3.867
Total	114.128	107.909	132.171	109.842

a) Diferidos - Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CS da incorporada Tégula.



Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



o exercício findo em 31 de dezembro 2025, a Companhia não constituiu impostos diferidos para o prejuízo fiscal e para base negativa nos montantes de R\$ 164.653 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$ 352.408 em 31 de dezembro 2024) e R\$ 164.653 da base negativa de contribuição social (R\$ 352.633 em 31 de dezembro 2024), referente à controlada CSC.

22. Receita líquida

Política contábil

A receita é mensurada quando, ou à medida que, uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, conforme o seguinte procedimento:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação e as obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (i)
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	767.759	752.511	1.398.958	1.383.860
Descontos e abatimentos incondicionais	(4.943)	(4.096)	(6.345)	(5.259)
Impostos incidentes sobre as vendas	(171.248)	(168.784)	(242.449)	(235.629)
Total	591.568	579.631	1.150.164	1.142.972

i) Readequação do saldo de abertura de 2024 para permitir a comparabilidade, com a exclusão do efeito das Operações Descontinuadas.

23. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (i)
Custo dos produtos vendidos	(534.823)	(515.561)	(913.139)	(884.622)
Despesas com vendas	(55.367)	(51.872)	(114.482)	(111.656)
Gerais e administrativas	(32.834)	(32.830)	(86.420)	(81.750)
Remuneração da Administração	(8.128)	(7.718)	(10.709)	(10.404)
Total	(631.152)	(607.981)	(1.124.750)	(1.088.432)
Matéria-prima consumida	(370.388)	(350.364)	(484.495)	(483.966)
Despesas com pessoal e encargos	(121.312)	(114.703)	(227.939)	(211.020)
Materiais, energia elétrica e serviços	(45.760)	(46.256)	(102.727)	(111.744)
Serviços de terceiros	(24.785)	(24.958)	(94.587)	(83.638)
Depreciação e amortização	(15.943)	(22.109)	(42.582)	(41.950)
Comissões sobre vendas	(15.003)	(13.911)	(26.897)	(23.066)
Despesas de vendas variáveis	-	-	(17.836)	(18.349)
Aluguel de bens móveis	(11.560)	(11.142)	(51.295)	(43.172)
Gastos de paradas	(13)	100	(24.315)	(28.545)
Outras	(26.388)	(24.638)	(52.077)	(42.982)
Total	(631.152)	(607.981)	(1.124.750)	(1.088.432)

(i) Readequação do saldo de abertura de 2024 para permitir a comparabilidade, com a exclusão do efeito das Operações Descontinuadas.



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (i)
Outras receitas operacionais				
Venda de bens do imobilizado	81	20.500	81	20.500
Aluguéis	-	-	653	702
Recuperação de Tributos	12.550	1.231	24.805	2.094
Benefício ICMS crédito estímulo	-	-	14.702	15.396
Outras	2.893	881	5.384	3.171
Total	15.524	22.612	45.625	41.863
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(6.479)	1.532	(6.745)	3.149
Provisão para benefício pós-emprego	(2.993)	(2.400)	(6.300)	(6.020)
Impostos e taxas	(549)	(593)	(1.791)	(1.633)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(3.076)	(1.996)	(3.615)	(2.688)
Custo da baixa de imobilizado e intangível	(3)	(602)	(3)	(617)
Contribuições sobre incentivos fiscais	(1.738)	(1.366)	(3.086)	(2.866)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	4.967	(5.627)	4.967	(5.627)
Amortização PPA	-	-	(7.502)	(7.502)
Outras	(4.887)	(3.433)	(6.193)	(8.590)
Total	(14.758)	(14.485)	(30.268)	(32.394)
Operação descontinuada	3.386	-	20.231	(28.103)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.152	8.127	35.588	(18.634)

i) Readequação do saldo de abertura de 2024 para permitir a comparabilidade, com a exclusão do efeito das Operações Descontinuadas.

24.1 Descontinuidade do segmento Telha de Concreto

Conforme Fato Relevante publicado em 16 de dezembro de 2025, e em consonância com a deliberação do conselho de administração, foi decidido a descontinuidade da linha de produtos de telhas de concreto.

O desempenho operacional deste segmento apresentou volumes de operação significativamente abaixo do esperado, com resultado deficitário, e a administração da Companhia concluiu que a manutenção da atuação nesse segmento deixou de atender aos critérios econômico-operacionais rentáveis, levando à decisão de descontinuidade definitiva da operação.

Os impactos financeiros decorrentes dessa decisão já estão refletidos nos resultados de 31 de dezembro de 2025, na linha de Outras receitas e despesas, totalizando R\$ 20.655, com origem essencialmente em créditos tributários, além da venda de imóvel e de máquinas/equipamentos.

A companhia segue comprometida com olhar para novas tendências do setor de construção, a exemplo de sua atuação no segmento de Construção Industrializada.



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



24.2 Reconhecimento do Ganho do Processo judicial da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS ("Tese do século") das subsidiárias SAMA e Precon – incorporada pela Eternit S/A.

Em decorrência do trânsito em julgado da ação e da conclusão dos cálculos de restituição e compensação dos valores pagos indevidamente, a Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o ganho correspondente aos créditos tributários decorrentes da decisão judicial.

O ganho totalizou no consolidado R\$ 9.323 (R\$ 7.448 – controladora) reconhecido na demonstração do resultado na linha de outras receitas operacionais, líquido dos efeitos fiscais, conforme as práticas contábeis aplicáveis e o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os créditos reconhecidos referem-se a valores pagos indevidamente em períodos anteriores e serão utilizados para compensação com débitos federais futuros, conforme previsão legal. O reconhecimento do ganho reflete a decisão judicial transitada em julgado e representa o benefício econômico auferido pela Companhia em decorrência da redução definitiva da carga tributária incidente sobre o faturamento.

25. Resultado financeiro

Política contábil

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (i)
Receitas financeiras				
Rendimento aplicações financeiras	-	-	623	718
Juros e atualizações monetárias (v)	9.928	3.243	13.512	5.941
Total	9.928	3.243	14.135	6.659
Despesas financeiras				
Juros passivos (i)	(1.785)	(1.225)	(7.024)	(4.338)
Juros de leasing	-	-	(2.984)	(2.256)
Juros de Financiamentos (ii)	(5.070)	(4.685)	(11.542)	(12.211)
Total	(6.855)	(5.910)	(21.550)	(18.805)
Líquido de variações cambiais (iii)	63	(131)	(2.353)	550
Outras (iv)	(2.804)	(6.133)	(5.367)	(6.665)
Total	(2.741)	(6.264)	(7.720)	(6.115)
Resultado Líquido financeiro	332	(8.931)	(15.135)	(18.261)

(i) Readequação do saldo de abertura de 2024 para permitir a comparabilidade, com a exclusão do efeito das Operações Descontinuadas.

(i) Juros referentes à dívida concursal e parcelamentos de tributos.

(ii) Juros decorrentes da contratação de empréstimos.



Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)



- (iii) Variação cambial sobre recebíveis e fornecedores em moeda estrangeira
- (iv) Juros decorrentes de despesas bancárias, impostos, taxas, multa e transações entre partes relacionadas
- (v) Relativos principalmente a atualizações de créditos tributários extemporâneos

26. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os seguintes segmentos operacionais: Fibrocimento, contemplando sistemas construtivos e a fibra de polipropileno, Crisotila, Telhas de Concreto e Outros. As informações apresentadas na coluna “Outros” se referem a gastos e receitas não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Controladora e Consolidado	
Descrição	Área geográfica
Fibrocimento	Mercado interno
Crisotila	Mercado externo
Telhas de concreto	Mercado interno
Outros	Mercado interno

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2025				Total consolidado
	Fibrocimento	Crisotila	Outros	Eliminações	
Receitas líquidas:					
Mercado Interno	772.148	-	5.045	-	777.193
Mercado Externo	-	372.971	-	-	372.971
	772.148	372.971	5.045	-	1.150.164
Custo dos produtos vendidos	(677.085)	(231.704)	(4.350)	-	(913.139)
Lucro bruto	95.063	141.267	695	-	237.025
Receitas (despesas) operacionais	(122.640)	(68.748)	15.365	-	(176.023)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(27.577)	72.519	16.060	-	61.002
Venda de produtos					
Venda para terceiros (em toneladas)	671.281	168.952	-	-	840.233
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	3.295	-	3.295
Ativo total	1.538.597	378.696	128.847	(682.823)	1.363.317
Passivo total	475.978	271.344	127.926	(361.139)	514.109
Patrimônio líquido	1.062.619	107.352	921	(321.684)	849.208



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



31/12/2024

	Fibrocimento	Crisotila	Outros	Eliminações	Total consolidado
Receitas líquidas:					
Mercado Interno	758.212	-	-	-	758.212
Mercado Externo	-	384.760	-	-	384.760
	758.212	384.760	-	-	1.142.972
Custo dos produtos vendidos	(668.251)	(216.376)	5	-	(884.622)
Lucro bruto	89.961	168.384	5	-	259.350
Receitas (despesas) operacionais	(111.259)	(82.712)	(28.472)	-	(222.443)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(21.298)	85.672	(28.467)	-	36.907
Venda de produtos					
Venda para terceiros (em toneladas)	657.229	166.890	-	-	824.119
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	6.096	-	6.096
Ativo total	1.560.771	357.611	162.444	(796.827)	1.283.999
Passivo total	557.394	250.670	230.517	(559.958)	478.623
Patrimônio líquido	1.003.377	106.941	(68.073)	(236.869)	805.376

27. Cobertura de seguros (não auditado)

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam levar a prejuízos significativos ao patrimônio e/ou resultados do Grupo, incluindo os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2025, os seguros contratados pela Eternit, sob orientação de seus consultores, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em agosto de 2026, renovados a partir de julho de 2025.

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, importações, lucros cessantes e D&O.	Edifícios, instalações e equipamentos	R\$ 472.554
Veículos	Veículos	100% Tabela FIPE



28. Instrumentos financeiros

Política contábil

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, o Grupo pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- O Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) a seguir);
- O Grupo pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso o Grupo eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i. Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Resultado financeiro líquido" (Nota Explicativa nº 25).

ii. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, o Grupo pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo).

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta "Receitas financeiras" no resultado.

iii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

a) Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

b) Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

c) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

d) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

e) Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

(i) Análise dos instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	3.927	1.759	24.850	16.132
Aplicações financeiras	-	-	17.994	58
Contas a receber	45.350	42.910	164.987	154.475
Partes Relacionadas	140.944	231.813	-	-
Total	190.221	276.482	207.831	170.665

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros Mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	(29.426)	(30.821)	(65.907)	(86.828)
Empréstimos e Financiamentos	(24.419)	(29.108)	(154.625)	(126.257)
Partes Relacionadas	(6.974)	(15.650)	-	-
Obrigações de Arrendamento	-	-	(26.059)	(16.525)
Outros Passivos	(34.882)	(31.490)	(54.472)	(69.646)
Total	(95.701)	(107.069)	(301.063)	(299.256)

(ii) Hierarquia do valor justo por meio do resultado



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

b. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros foram captar recursos para as operações da Companhia. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado se refere ao valor justo dos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. No caso do Grupo, ele engloba três tipos de risco: i) Risco de queda de demanda, ii) Risco de prejuízo na produção e iii) Riscos associados ao crescimento. Todos esses riscos são monitorados pela área financeira da Companhia.

(ii) Risco cambial

O risco cambial se refere a flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo a esse risco refere-se, principalmente, às atividades operacionais envolvendo, contas a pagar e contas a receber em moeda estrangeira e variações nas taxas de câmbio, principalmente o dólar norte-americano frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro da Companhia.

A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedge* de até 100% de sua exposição esperada, cujo objetivo é a manutenção do preço em reais negociado na venda por ocasião do recebimento. A Administração estabelece princípios para gestão de risco cambial, podendo fazer o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos. Atualmente o Grupo utiliza instrumentos financeiros não derivativos do tipo Trava de Câmbio para proteger seu risco cambial atrelado ao contas a receber em moeda estrangeira, a maioria com vencimento inferior a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía a seguinte exposição a moedas diferentes da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025 (US\$1,00 = R\$1,00)
Clientes no mercado externo	96.574	98.872	5,5018 \$
(-) Travas Cambiais	-	(11.658)	-
(=) Líquido clientes no mercado externo	96.574	87.214	-
Fornecedores no mercado externo	(3.350)	(7.132)	5,5024 \$
ACE – Adiantamento sobre cambiais de exportação	(26.940)	(45.553)	-
Total da exposição cambial	66.284	34.529	-



Análise de sensibilidade

Com a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo foram preparados quatro cenários de moeda estrangeira em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Saldos (moeda estrangeira) Consolidado	Risco	Taxa	Depreciação da Taxa		Apreciação da Taxa	
		Posição em 31/12/2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD		5,5018	2,7509	4,1264	6,8773	8,2527
Clientes no mercado externo	USD	96.574	(48.287)	(24.144)	24.144	48.287
USD		5,5024	2,7512	4,1268	6,8780	8,2536
Fornecedores no mercado externo	USD	(3.350)	1.675	838	(838)	(1.675)
USD		5,5024	2,7512	4,1268	6,8780	8,2536
ACE - Adiantamento sobre cambiais de exportação	USD	(26.940)	13.470	6.736	(6.736)	(13.470)
Total da exposição cambial	842	66.284	(33.142)	(16.570)	16.570	33.142

(iii) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros está associado ao valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro fluuando devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração da Companhia gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultados, além de aplicar uma política que mantém os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas que considera projeções do CDI para avaliar eventuais necessidades de caixa futura.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	-	17.994	58
Empréstimos e financiamentos	(24.419)	(29.108)	(154.625)	(126.257)
Para capital de giro ACE (desconto de recebível)	-	-	26.939	45.553
(+) Empréstimos com taxa pré-fixada	-	-	21.650	25.586
(=) Líquido empréstimos e Financiamentos	(24.419)	(29.108)	(106.036)	(55.118)
Total da exposição à taxa de juros	(24.419)	(29.108)	(88.042)	(55.060)

Administração da Companhia avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e empréstimos, a qual o Grupo estava exposto na data-base de 31 de dezembro 2024, foram definidos quatro cenários diferentes.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



Aplicações financeiras – Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2025	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		14,32%	7,16%	10,74%	17,90%	21,48%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	17.994	(1.288)	(644)	644	1.288
Total		17.994	(1.288)	(644)	644	1.288

Empréstimos e Financiamentos – Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2025	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		14,32%	7,16%	10,74%	17,90%	21,48%
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(106.036)	7.9592	3.796	(3.796)	(7.592)
Total		(106.036)	7.592	3.796	(3.796)	(7.592)

(iv) Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

a) Contas a receber de clientes

O Grupo minimiza seu risco de crédito pela venda fragmentada para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito, está refletido na rubrica “Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4.

b) Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de risco (*ratings*) das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

(v) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e ou liquidação de seus direitos e obrigações.

A tesouraria do Grupo monitora continuamente as previsões de exigência de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, através da escolha de instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.



(vi) **Gestão do capital**

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo poderá rever a política de gestão de capital, a qual não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nos objetivos, políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2024.

29. Compromissos e garantias

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.440, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal nº 0486287-42.2009.8.09.0103, que tramita perante a Vara de Fazendas Públicas da Comarca de Minaçu, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$ 4.960, junto ao Banco Daycoval S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, emitida em 16 de janeiro de 2023, aditada em 17 de janeiro de 2025, com vencimento em 19 de janeiro de 2026.
- (iii) Seguro garantia, no montante de R\$ 8.584, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória nº 0022660-74.2015.4.03.6100 referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL, PISS, COFINS e IPI, com vigência de 28 de outubro de 2025 a 28 de outubro de 2030;
- (iv) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500;
- (v) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$ 35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº 0000883-76.2017.5.05.0101. Mandado de penhora recebido em 06 de maio de 2022, atualizando o valor do imóvel penhorado para R\$ 58.000;
- (vi) Fiança Bancária, no montante de R\$ 239, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário – FII o beneficiário, com vigência até 29 de janeiro de 2026;
- (vii) Fiança Bancária, no montante de R\$ 1.176, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a TOMADORA, SAMA S.A MINERAÇÕES ASSOCIADAS, e a BENEFICIÁRIA, CEMIG – Cia Energética de Minas Gerais, com vigência de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025;
- (viii) Seguro Garantia no montante de R\$ 520.264, junto a Pottencial Seguradora, destinada ao Processo Judicial nº 0068035-46.2015.4.03.6182, Processo Administrativo nº.16306.000206/2009-81, 10880.968880/2010-99 e 10880.977187/2011-98, CDA nº 80.6.15.066685-39, 80.6.15.068746-00. Trata-se de execução fiscal para suposta cobrança de débitos perante a 5ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, com vigência 05 de maio de 2022 a 04 de maio de 2027;
- (ix) Seguro Garantia no montante de R\$ 407, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0051104-28.2020.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 19 de julho de 2021 a 19 de julho de 2026;

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



- (x) Seguro Garantia no montante de R\$ 5.291, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Ação Anulatória nº 5104951-09.2022.8.09.0051, promovida contra FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS pelo tomador, em trâmite perante a 1ª Vara de Fazenda Pública Estadual de Goiânia/GO, com vigência de 22 de março de 2023 a 21 de março de 2028;
- (xi) Garantia em duplicatas a receber (recebíveis) no Banco Daycoval de R\$ 12.000 para assegurar a operação de FINAME junto ao banco;
- (xii) Os veículos resultantes do CCE no Banco Sofisa no valor de R\$ 11.326 estão em garantia junto ao banco para assegurar a operação;
- (xiii) Os veículos adquiridos via contrato de CCE no Banco Fibra no valor de R\$ 16.860 estão fornecidos em garantia junto ao banco para assegurar a operação;
- (xiv) Garantia em duplicatas a receber (recebíveis) ao Banco Daycoval de R\$ 18.616 (Equivalente a 30% do valor total) para assegurar a operação de ACC obtido para a controlada SAMA.
- (xv) Seguro garantia, no montante de R\$ 551, junto a TOKIO MARINE SEGURADORA S.A para amparar a execução trabalhista nº 0000402-40.2022.5.05.0101, com vigência de 18/06/2025 a 18/06/2028.

30. Subvenções governamentais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os valores das subvenções governamentais totalizaram R\$ 29.211 (R\$ 24.448 em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado a seguir:

- (i) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve utilização do benefício (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2024)
- (ii) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. No exercício findo em 31 de dezembro 2025, o montante do benefício totalizou R\$ 4.063 (R\$ 5.072 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Estímulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi utilizado o montante de R\$ 7.759 (R\$ 8.922 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Presumido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi utilizado o montante de R\$ 6.113 (R\$ 6.134 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi utilizado o montante de R\$ 6.923 (R\$ 4.186 em 31 de dezembro de 2024).
- (vi) Incentivo do lucro da exploração (SUDAM) para planta de Manaus. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi utilizado o montante de R\$ 4.083 (R\$ 2.860 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) Incentivo do lucro da exploração (SUDENE) para planta de Caucaia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi utilizado o montante de R\$ 270 (Não houve saldo em 31 de dezembro de 2024).



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



31. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Aporte de capital x compensações partes relacionadas	-	89.778
Amortização Partes Rel. Mútuo Ativo x Partes Rel. Mútuo Passivo	-	22.124
Compensação Dividendos x Mútuo	-	2.490
Compensação Dividendos x Fornecedores partes relacionadas	-	9.189
Compensações Partes Relacionadas	-	17.552
Transferência para ativo disponível para venda	7.896	-
Total	7.896	141.133

32. Provisão Benefício Pós Emprego

Política contábil

A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de assistência médica e assistência alimentícia aos ex-empregados.

i. Custo de aposentadoria e benefícios rescisórios

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso dos planos de aposentadoria de contribuição definida, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue:

- Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações);
- Despesa ou receita financeira líquida;
- Remensuração.

Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos pela Companhia. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos. Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando o Grupo reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes.



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



ii. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um Montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte.

iii. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos

Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano. Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido;
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço.

Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 / CPC 33 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado.

As premissas e os cálculos foram revisados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O impacto referente a remensuração dos planos reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a um ganho atuarial de R\$ 2.758 na controladora e uma perda atuarial de R\$ 2.347 no consolidado.

iv. Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2025	31/12/2024
Mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Inflação esperada	4,05%	4,00%
Taxa de desconto nominal - Saúde	11,73%	11,92%
Taxa de desconto nominal - Assistência Alimentícia	12,04%	12,07%
Taxa real de desconto atuarial - Saúde	7,38%	7,62%
Taxa real de desconto atuarial - Assistência Alimentícia	7,68%	7,76%
Aging factor	Experiência Mirador	1,50%
Inflação Médica - HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,80%	3,00%
Rotatividade	N/A	N/A
Crescimento Real de Benefício	Inflação	Inflação



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



v. Passivo dos planos de benefícios pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	3.969	3.691	7.052	7.393
Não circulante	29.944	28.162	54.829	53.932
Total	33.913	31.853	61.881	61.325

a) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2025:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo atuarial líquido no início do exercício	31.853	33.197	61.325	68.046
Custo dos juros e serviços	3.585	3.011	6.892	6.750
Provisão - Benefícios pagos	(4.283)	(3.838)	(8.683)	(7.692)
Ajuste de experiência (*)	2.758	(517)	2.347	(5.779)
Resultado líquido com benefício	33.913	31.853	61.881	61.325

(*) Valor reconhecido em outros resultados abrangentes.

(i) Análise de sensibilidade:

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil		Impacto %	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	-1.130	-2.011	-3,30%	-3,20%
	redução de 0,5 p.p	1.199	2.132	3,50%	3,40%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	1.725	3.095	5,10%	5,00%
	redução de 1 ano	-1.680	-3.017	-5,00%	-4,90%
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	1.067	1.796	3,10%	2,90%
	redução de 0,5 p.p	-1.015	-1.708	-3,00%	-2,80%



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



b) Os pagamentos a seguir apresentados foram projetados para os próximos 10 anos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dentro dos próximos 12 meses	3.969	3.691	7.052	7.690
Entre 2 e 5 anos	15.482	11.707	28.672	22.878
Após 5 anos	16.967	8.952	26.157	16.944
	36.418	24.350	61.881	47.512

(*) Vale destacar que os valores apresentados em 31/12/2025 estão descontados a valor presente.

33. Provisão desmobilização da mina

Política contábil

A controlada Sama registra provisão para potenciais desembolsos para o fechamento da mina de Cana Brava com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina – PAFEM, conforme Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Valor presente dos desembolsos esperados			
2025	-	2.850	
2026	3.901	2.924	
2027 a 2037	9.822	7.405	
2038	113	-	
		13.836	13.179

A estimativa da recuperação ambiental da Mina de Cana Brava ocorrerá entre 2026 e 2038. Com base nas melhores informações, premissas e estimativas, a Companhia realizou avaliação do Plano de Fechamento da Mina de Cana Brava com base no valor presente das projeções futuras, e complementou a provisão de custo da desmobilização da Mina em R\$ 1.412, considerando uma produção anual de cerca de 190 mil toneladas.

34. Reforma Tributária

Lei Complementar nº 214/2025 – Reforma tributária

A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou a Reforma Tributária, cujo objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. A Reforma tributária estabelece a implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)



O ano de 2026 foi definido como período de transição e testes pelo Fisco e pelos contribuintes. Durante esse período, os novos tributos (IBS e CBS) serão destacados de forma meramente informativa nos documentos fiscais, sem impacto econômico, financeiro ou contábil para a Companhia e seus clientes, conforme previsto na legislação vigente.

A Companhia permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma Tributária, incluindo análises de cenários, simulações e avaliação de potenciais impactos futuros em sua operação, margens, formação de preços, cadeia de suprimentos e créditos tributários. Adicionalmente, a Companhia está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

Não existem impactos materiais identificados que exijam reconhecimento contábil ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras.

Abaixo ilustramos a correlação dos tributos atuais com os novos, o cronograma da transição e as ações efetuadas pela Companhia até o momento:



35. Evento Subsequente

Pagamento de Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de março de 2026 pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2025, no montante de R\$ 10.544, correspondente ao valor de R\$ 0,17 por ação ordinária. O pagamento de proventos aos acionistas será realizado em duas parcelas iguais, sendo a primeira em 22 de junho de 2026 e a segunda em 18 de setembro de 2026 sem atualização monetária.

RELATÓRIO ANUAL
DO COMITÊ DE
AUDITORIA NÃO
ESTATUTÁRIO
2025

ÍNDICE

2.	COMPOSIÇÃO	3
3.	ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES	4
4.	REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS ASSUNTOS DISCUTIDOS EM 2025 ..	5
5.	AVALIAÇÕES DE RISCOS E MONITORAMENTO DAS EXPOSIÇÕES	8
6.	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	8
7.	AUDITORIA INTERNA E CANAL DE DENÚNCIA	10
8.	POLÍTICAS CRIADAS/APRIMORADAS	10
9.	AUDITORIA EXTERNA.....	10
10.	REPORTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
11.	PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO COMITÊ	11
12.	PLANEJAMENTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2026.....	11

1. SOBRE O COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

O presente Comitê de Auditoria Não Estatutário (“Comitê”) da Eternit S.A (B3: “ETER3”, “Eternit” ou “Companhia”), é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração (“Conselho”), não estatutário, com autonomia operacional e orçamento próprio e tem o seu funcionamento disciplinado pelas disposições contidas no próprio Regimento Interno do Comitê (“Regimento”) e do Estatuto Social da Companhia (“Estatuto”).

Seu Regimento foi objeto de deliberação pelo Conselho da Eternit em reunião realizada em 08 de novembro de 2022 e está disponível no website de Relações com Investidores da Eternit (ri.eternit.com.br), bem como no sistema eletrônico na página da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na rede mundial de computadores.

O Comitê tem por objetivo exercer funções consultivas junto ao Conselho de Administração no que diz respeito ao cumprimento de suas responsabilidades de supervisão pelo monitoramento da integridade dos processos das Demonstrações Financeiras e sistemas de controles internos da Companhia, revisando e avaliando a independência e o desempenho dos auditores independentes, bem como dos auditores internos da Companhia. O Comitê também deverá revisar as áreas de riscos significativos à Companhia, bem como monitorar o cumprimento dos requerimentos legais e regulatórios;

2. COMPOSIÇÃO

De acordo com o artigo 2º do Regimento, o Comitê será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida reeleição, sendo que: (i) ao menos 1 (um) dos seus membros deverá ser conselheiro independente, conforme critérios de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento”); (ii) ao menos 2 (dois) membros devem ser conselheiros independentes eleitos por seus pares; e (iii) ao menos 1 (um) membro nomeado pelo Conselho com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de controles internos, informações e operações financeiras e de auditoria nos termos da regulamentação editada pela CVM (“Membro Especialista”) e do Regulamento, que poderá ser acumulada por um mesmo membro do Comitê.

É vedada a participação como membros do Comitê, de diretores da Companhia, de diretores de controladas, do acionista controlador da Companhia e de coligadas ou sociedades sob controle comum.

O Comitê é composto por 4 (quatro) membros, os quais foram eleitos nas reuniões do Conselho de Administração de 30 de abril de 2024 e 13 de maio de 2025 e com prazo de mandato de 2 anos, sendo: (i) 2 (dois) conselheiros independentes eleitos por seus pares; e (ii) 2 (dois) membros eleitos pelo Conselho na função de Membro Especialista, ou seja, com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Atualmente, são membros do Comitê: Marcelo Munhoz Auricchio (Coordenador do Comitê e Conselheiro), Fausto de Andrade Ribeiro (Presidente do Conselho e membro do Comitê), Rogério

Pires Bretas e Eurico dos Reis Rodrigues Fróes (Especialistas em assuntos de contabilidade e finanças).

3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

As análises dos relatórios financeiros da Companhia realizadas pelo Comitê, são baseadas nas informações recebidas pela Administração da Companhia, pela Auditoria Independente e pelas áreas de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos.

As competências do Comitê são elencadas no seu Regimento e são desempenhadas em conformidade com as exigências contidas na regulamentação da CVM, no Regulamento do Novo Mercado da B3, nas recomendações do Manual de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”) e no Estatuto Social da Companhia, conforme abaixo:

- I. realizar atividades segundo o escopo do seu regimento interno;
- II. consultar o Departamento Jurídico da Companhia e, caso julgar conveniente e necessário, com o auxílio do Jurídico, contratar advogado independente ou outros consultores externos para auxiliar no cumprimento de suas tarefas;
- III. assegurar a presença dos executivos da Companhia nas reuniões, conforme requisitado pelo Comitê;
- IV. ter acesso direto e irrestrito aos membros da diretoria executiva, aos colaboradores e às informações relevantes;
- V. estabelecer procedimentos para monitorar as denúncias recebidas pela Companhia com relação à contabilidade, aos controles internos ou aos assuntos de auditoria, garantindo o anonimato;
- VI. opinar sobre a contratação e destituição dos auditores independentes, bem como sobre a remuneração do trabalho dos mesmos;
- VII. avaliar e submeter para aprovação do Conselho de Administração todos os honorários e os termos de contratação dos auditores independentes, bem como revisar as políticas para prestações de quaisquer outros tipos de serviços efetuados por seus auditores independentes e, quando solicitado, estabelecer as regras para pré-aprovação destes serviços;
- VIII. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;;
- IX. avaliar e submeter ao Conselho a sua avaliação a respeito da eficácia da função da auditoria interna, bem como participar do processo de nomeação do responsável pelo respectivo departamento;
- X. avaliar, monitorar, e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia , incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;
- XI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

4. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS ASSUNTOS DISCUTIDOS EM 2025

O Comitê possui Plano de Trabalho definido anualmente para o adequado planejamento e execução de suas responsabilidades. Nesse sentido, o Comitê reuniu-se com a Administração 14 (quatorze) vezes no exercício social de 2025.

Entre os assuntos discutidos, destacam-se os seguintes:

REUNIÕES EM 2025	
Reunião Realizada em	Deliberações
10.01.25	I. Canal de Denúncias e Monitoramento Gestão de Riscos II. Carta de Controles Internos III. Estrutura do Relatório Anual da Administração IV. Status das ações de acompanhamento do COAUD V. Cenário fluxo de caixa 2025 VI. Cenário de impactos contábeis em eventual plano de descontinuidade do Projeto Fotovoltaico VII. Relatório anual do COAUD VIII. Outros assuntos (Licenças e DFs parciais)

Reunião Realizada em	Deliberações
14.02.25	I. Canal de Denúncias II. Gestão de Riscos III. Aprovação Relatório anual do COAUD IV. Apresentação de TI (status SAP, Pentest segurança e Plano de recuperação/contingência) V. Antecipação debates DFs: Provisões VI. Visão Forecast Caixa (acompanhamento recorrente) VII. Outros assuntos (Licenças)

Reunião Realizada em	Deliberações
10.03.25	I. Apresentação dos resultados e principais destaques do trimestre II. Proposta de destinação dos lucros de 2024 III. Orçamento de capital IV. Demonstrações Financeiras 31.12.24 - apresentação e aprovação
Reunião Realizada em	Deliberações
31.03.25	I. Manifestar-se sobre documentação necessária para a convocação da AGO (Proposta da Administração)

Reunião Realizada em	Deliberações
08.04.25	I. Transição auditor interno
Reunião Realizada em	Deliberações
25.04.25	I. Resumo itens CoAud extraordinário transição de executivo II. Carta de Controles Internos III. Resultados 1T25 IV. Atualização itens acompanhamento V. Outros assuntos (Licenças)

Reunião Realizada em	Deliberações
12.05.25	I. Apresentação dos resultados e principais destaques do trimestre II. Demonstrações Financeiras 31.03.25 - apresentação e aprovação III. Proposta Plano Anual CoAud 2025 IV. Outros temas
Reunião Realizada em	Deliberações

13.06.25	I. Política de Caixa Mínimo II. Revisão da Política de Dividendos III. Alterações do Regulamento do Novo Mercado IV. Subvenções - incentivos fiscais
Reunião Realizada em	Deliberações
21.07.25	I. Follow-up Plano Anual CoAud 2025 II. Ociosidade III. Fluxo caixa gerencial IV. Follow-up itens de acompanhamento V. Incorporação Tégula S/A
Reunião Realizada em	Deliberações
04.08.25	I. Apresentação dos resultados e principais destaques do trimestre II. Demonstrações Financeiras 30.06.25 - apresentação e aprovação
Reunião Realizada em	Deliberações
08.09.25	I. Plano anual mês de Setembro II. Forecast 7+5 III. Savings Rumo aos 35 IV. Pagamento JCP Sama a Eternit V. Apresentação área de Auditoria e Controles Internos VI. Outros assuntos (Licenças)

Reunião Realizada em	Deliberações
08.10.25	I. Plano anual mês de Outubro II. Fluxo de Caixa III. Highlights do resultado de agosto IV. Prazo médio fornecedores V. Outros assuntos (Licenças/Follow up)
Reunião Realizada em	Deliberações
10.11.25	I. Resultados do 3T25 II. Pontos Auditoria RSM III. Fluxo do Canal de Denúncias
Reunião Realizada em	Deliberações
10.12.25	I. Impacto da Reforma Tributária - resultado trabalho da ROIT II. Oportunidades tributárias: PIS/COFINS III. SAMA e ICMS - material intermediário IV. Plano Anual mês de Dezembro V. Dividendos

5. AVALIAÇÕES DE RISCOS E MONITORAMENTO DAS EXPOSIÇÕES

A área de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos da Companhia apresentou ao Comitê o Plano de Trabalho para o exercício de 2025 em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2025, na qual foi aprovado, conforme quadro abaixo:

Proposta de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos - 2025	
Processo	Unidade
1. Compras 2. Quebras de Produção 3. Fretes SAMA 4. Apoio na criação e atualização de Normas, levantamento de novos riscos e apuração de relatos do Canal de Denúncias	Sede-SP e Unidades industriais Unidades industriais SAMA Sede-SP e Unidades industriais

6. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Ainda no escopo das atividades de GRC, a Matriz de Riscos da Companhia foi revisada e atualizada em 2024.

A gestão de riscos da Companhia é conduzida de forma estruturada e integrada à governança corporativa, com o objetivo de identificar, avaliar, mitigar e monitorar riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos estratégicos e a conformidade com requisitos legais e regulatórios.

A última revisão da matriz de riscos foi realizada em outubro de 2024, com a participação das áreas envolvidas, sendo posteriormente apresentada ao Conselho de Administração, reforçando o papel da alta governança na supervisão e direcionamento da gestão de riscos.

Para 2026, está prevista a realização de uma nova revisão da matriz de riscos, com o envolvimento dos gerentes e diretores, visando a atualização dos riscos mapeados, reavaliação dos níveis de impacto e probabilidade, bem como o fortalecimento contínuo dos controles e planos de mitigação.

A área de Controles Internos é responsável por proteger os ativos da Companhia, apoiando as áreas de negócio na definição e implementação de controles que mitiguem riscos relevantes, bem como na prevenção de recorrências.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes atividades conduzidas pela área:

- Desenvolvimento e implementação de controles internos voltados ao atendimento das políticas corporativas e dos requisitos regulatórios aplicáveis aos processos, no âmbito do Programa de Compliance;
- Estruturação e acompanhamento de planos de ação decorrentes de auditorias internas, com foco no fortalecimento do ambiente de controles;
- Estruturação e acompanhamento de planos de ação oriundos do canal de denúncias, visando a mitigação de riscos e o aprimoramento contínuo dos processos;
- Condução do CSA (Control Self Assessment) nos principais processos da Companhia, incluindo Custos, Expedição e Faturamento, Suprimentos, Investimentos CAPEX, Recebimentos, Almoxarifado, Logística e Recursos Humanos, com foco na avaliação da efetividade dos controles internos, identificação de gaps e fortalecimento contínuo do ambiente de controles e da gestão de riscos.

7. AUDITORIA INTERNA E CANAL DE DENÚNCIA

No período, foi realizada auditoria no processo de Compras e Contratação de Serviços em uma das unidades, cujos resultados geraram recomendações e oportunidades de melhoria passíveis de extensão a processos correlatos, contribuindo para o aprimoramento dos controles internos e para a padronização das práticas na Companhia.

O Canal de Denúncias, em operação desde 2018, constitui um importante instrumento de governança e integridade, permitindo o reporte de condutas em desacordo com o Código de Ética, políticas internas e legislações aplicáveis. Em 2025, manteve-se ativo, amplamente divulgado e integrado ao Programa de Compliance, assegurando confidencialidade, independência e tratamento adequado das manifestações, com definição de planos de ação quando aplicável.

No período, foram registradas 103 manifestações, representando um aumento de 14% em relação a 2024, refletindo o fortalecimento da cultura ética e da confiança dos colaboradores e demais públicos no canal

8. POLÍTICAS CRIADAS/APRIMORADAS

No exercício social de 2025, foram elaborados e aprovados o procedimento de fluxo do Canal de Denúncias, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de governança e aprimorar os processos de apuração e tratamento de manifestações, bem como políticas voltadas ao controle financeiro e à gestão de pessoas da Companhia.

9. AUDITORIA EXTERNA

O Comitê se reuniu a cada trimestre com a RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda, a fim de: (i) se informar sobre o andamento dos trabalhos das revisões das demonstrações contábeis do exercício social de 2025; (ii) acompanhar as atividades de auditoria externa; e (iii) avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

10. REPORTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Com autonomia operacional e orçamento próprio no exercício de suas funções, o Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, exercendo funções consultivas e de assessoramento no que diz respeito ao controle sobre a qualidade das demonstrações contábeis e controles internos, visando a confiabilidade e integridade das informações. A função de seus membros é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

11. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO COMITÊ

O Regimento do Comitê, em seu artigo 17, e o Regulamento, no artigo 18 e parágrafos, exige que a Companhia deve estruturar e divulgar um processo de avaliação do Comitê, a ser realizada, ao menos, uma vez durante a vigência de seu mandato. Tal avaliação constitui etapa fundamental para garantir a autonomia e efetividade do Comitê, permitindo seu fortalecimento e o aperfeiçoamento da governança corporativa da Companhia.

De acordo com o Regimento, cabe ao Conselho de Administração a avaliação do desempenho do Comitê que, para tal atribuição faz-se uso de uma ferramenta de mercado.

A Companhia adota formalmente um processo anual de avaliação de seus Comitês, enquanto órgãos colegiados, com o objetivo de assegurar o alinhamento às estratégias e aos interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas.

A avaliação é conduzida pelos próprios membros de cada Comitê, que inclui o Conselho de Administração, sendo que, no caso do COAUD, excluem-se os membros que ocupam cargos de Diretoria. Os resultados consolidados são, posteriormente, submetidos ao Conselho de Administração para análise.

O processo possui periodicidade anual, tendo sua última realização em janeiro de 2026, e é conduzido pela área de Recursos Humanos por meio do Sistema Integrado de Recursos Humanos da Companhia, o qual assegura a confiabilidade, a segurança e a confidencialidade das informações tratadas.

12. PLANEJAMENTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2026

Para o exercício de 2026, conforme estabelece o Capítulo III do Regimento Interno do Comitê de Auditoria não estatutário, o Comitê reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador, seja por iniciativa própria, por solicitação de qualquer membro do Comitê ou a pedido dos auditores internos ou independentes. As reuniões terão como Ordem do Dia as atribuições legais e regimentais descritas no item “Atribuições e Responsabilidades” deste Relatório, sem prejuízo da realização de encontros extraordinários adicionais sempre que a atuação do Comitê se fizer necessária.

13. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os membros do Comitê da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer da Auditoria Independente, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Contábeis Anuais de 2025”), *ad referendum* ao Conselho de Administração da Companhia.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, o Comitê concluiu que as informações e documentos apresentados quanto as Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do Lucro Líquido, o Orçamento de

Capital bem como o Relatório Anual da Administração do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, recomendando, por unanimidade, a manifestação favorável ao Conselho de Administração da Companhia em relação aos referidos documentos.

São Paulo, 23 de março de 2026.

Marcelo Munhoz Auricchio
Coordenador

Rogério Pires Bretas
Membro Especialista

Fausto de Andrade Ribeiro
Membro do Comitê

Eurico dos Reis Rodrigues Fróes
Membro Especialista

Conselho de Administração

Fausto de Andrade Ribeiro - Presidente do Conselho de Administração

Erika Lopes Torcine

Richard Doern

Marcelo Munhoz Auricchio

Diretoria

Rodrigo Angelo Inácio - Presidente da Diretoria

Carisa Santos Portela Cristal

Éder Sá Alves Campos

José Ricardo Reichert

Contador

Carisa Santos Portela Cristal - Diretora

CRC nº 1SP 218186/O-0

Auditores Independentes: RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.

Emerson Fabri- Contador

CRC nº 2SP-030.002/O-7

24 de março de 2026

A: Eternit S.A.

At.: Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do Auditor Independente nº 649-2026-7

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sa. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2025 da Eternit S.A., acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Atenciosamente,

Emerson Fabri

Eternit S.A.

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas acompanhadas do Relatório do
Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

Eternit S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Eternit S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Eternit S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Eternit S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação de exploração e utilização do amianto (crisotila)

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia é parte em diversas ações civis públicas relacionadas a condições de trabalho, doenças ocupacionais e danos morais decorrentes da exposição ao amianto.

Conforme divulgado na referida nota, a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, considerou provável a perda em parte dessas ações, tendo sido constituídas provisões para perdas nos montantes estimados. A realização desses valores dependerá do desfecho das decisões judiciais.

Adicionalmente, conforme divulgado em nota explicativa, a controlada Sama Minerações Ltda., cujo faturamento representa aproximadamente 28% da receita consolidada do Grupo, atua na exportação de amianto (crisotila) e está sujeita a riscos regulatórios e a processos judiciais em andamento, cujo desfecho poderá futuramente resultar na descontinuidade dessa operação. Nesse contexto, a Administração vem implementando ações estratégicas com o objetivo de diversificar suas operações e mitigar a dependência dessa fonte de receita. O sucesso dessas iniciativas é um fator relevante para o desempenho futuro da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado, dos ativos intangíveis e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a recuperabilidade dos saldos de ativo imobilizado, ativos intangíveis e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), por meio da aplicação de testes de redução ao valor recuperável (impairment), conforme divulgado nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A mensuração do valor recuperável desses ativos envolve considerável grau de julgamento por parte da Administração, especialmente no que se refere à definição das unidades geradoras de caixa (UGCs) e à utilização de premissas importantes, tais como projeções de receitas futuras, margens operacionais, taxas de crescimento e taxas de desconto, as quais são influenciadas por expectativas de desempenho futuro, condições de mercado e cenários econômicos. Em razão da relevância dos saldos envolvidos e do nível de subjetividade inerente a esse processo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

No contexto de nossos trabalhos, contamos com o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise da metodologia e dos modelos utilizados pela Companhia na mensuração do valor recuperável dos ativos, bem como na avaliação da razoabilidade das principais premissas adotadas, especialmente aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, margens de rentabilidade, taxas de crescimento e taxas de desconto aplicadas aos fluxos de caixa projetados.



Adicionalmente, avaliamos os critérios utilizados pela Administração para definição e segregação das unidades geradoras de caixa, comparamos, quando aplicável, as projeções utilizadas com o orçamento aprovado e com informações históricas de desempenho, e revisamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas acerca dos julgamentos e premissas utilizados.

Conclusão

Com base nos procedimentos de auditoria realizados e nas evidências obtidas, consideramos razoáveis os saldos registrados e as respectivas divulgações relacionadas a esse assunto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no contexto das práticas contábeis adotadas no Brasil e da documentação suporte preparada pela Administração.

b) Reconhecimento, mensuração e apresentação dos empréstimos financiamentos

Conforme divulgado em nota explicativa, a Companhia e suas controladas mantêm operações contratadas junto a instituições financeiras, registradas ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva e classificadas entre passivo circulante e não circulante. Essas operações envolvem contratos com diferentes prazos, encargos, garantias e finalidades, inclusive capital de giro, financiamento de ativos e operações atreladas a recebíveis de exportação. Dada a materialidade dos saldos e riscos inerentes às referidas operações, consideramos que o reconhecimento, a mensuração e a apresentação dos empréstimos e financiamentos são assuntos relevantes para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

No contexto de nossos trabalhos, obtivemos confirmações externas para os saldos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras, realizamos a leitura dos contratos vigentes, avaliando as condições contratuais, como encargos, vencimentos, garantias e finalidade das captações e efetuando o recálculo dos saldos, juros, encargos financeiros e cronogramas de amortização com base nas cláusulas pactuadas. Adicionalmente, avaliamos o cumprimento dos covenants e inspecionamos, por amostragem, os pagamentos realizados no exercício. Por fim, verificamos a adequada classificação contábil entre curto e longo prazo, bem como a suficiência e consistência das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação adotados pela Administração para os saldos de empréstimos e financiamentos estão adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram o relatório de auditoria, sem ressalvas, na data de 11 de março de 2025.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2026.

Emerson Fabri

Contador CRC 1SP-236.656/O-6

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-030.002/O-7

**RSM**

ETERNIT S.A.
C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81
NIRE 35.300.013.344

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Eternit S. A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições regimentais, examinou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda., sem ressalvas.

Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do período, o Comitê de Auditoria considera que os referidos documentos podem ser apreciados pelo Conselho de Administração, na forma apresentada.

São Paulo, 23 de março de 2026.

Marcelo Munhoz Auricchio

Fausto de Andrade Ribeiro

Rogério Pires Bretas

Eurico dos Reis Rodrigues Fróes